

Accção Realis ta

revista
quinzenal

PREÇO DESTE FASCÍCULO 2\$000 RÉIS.

25-26

Apesar de toda a nossa boa vontade, tem sido impossível publicar com regularidade a nossa revista. Pedimos aos nossos leitores toda a benevolencia e que continuem a prestar-nos o acolhimento lisonjeiro com que nos tem distinguido, — e que constitue o melhor estímulo para o nosso esforço.

COBRANÇA

Começámos a fazer a cobrança da 3.^a serie de 10 numeros da *Acção Realista* — e para éla chamamos a atenção dos nossos assignantes. Temos a máxima confiança no interesse e diligencia com que os nossos amigos satisfarão os recibos enviados pelo correio.

A nossa revista vive de sacrificios de alguns monarchicos que com uma perfeita isenção mantem este baluarte em que se defende Portugal. Talvez em breve nos vejamos obrigados a dizer a todos os monarchicos a energica boa vontade e o espirito de sacrificio que temos empregado nesta luta. Será certamente necessário para despertar da sua sonolencia e do seu tôrpe egoismo algumas pessoas que, recebendo a *Acção Realista*, nos devolvem os recibos, sem pagar... Esse procedimento, com que respondem à nossa lealdade de combatentes e à nossa coragem, não tem classificação. Não desfalecemos, no entanto ! Chegará o momento em que uma sólida disciplina galvanize a Causa Monarquica — e em que se corra a ponta-pés certos traidores e covardes egoistas !

SUMARIO

<i>S. A. R. Dom Duarte Nuno</i>	Redacção
<i>O ultimo livro de Alfredo Pimenta e a questão religiosa</i> ..	por Caetano Beirão
<i>Gama Barros</i>	por Antonio Sardinha
<i>Gama Barros</i>	por Luis Chaves
<i>A politica social da Monarquia Organica</i>	por Rolão Preto
<i>Politica Portuguêsa</i>	por Ernesto Gonçalves
<i>A divisão territorial portuguêsã</i>	por Luis Chaves
<i>Critica & Factos</i>	

Toda a correspondência relativa à administração deve ser endereçada ao editor e gerente sr. Pedro E. da Camara.

MANUEL PEREIRA FIGUEIRA
ERNESTO GONÇALVES
ADVOGADOS

RUA DO CRUCIFIXO, 50, 2.º — LISBOA

Telefone : C. 2680

ACÇÃO REALISTA

REDACTOR PRINCIPAL : ERNESTO GONÇALVES

Redacção e Administração
RUA DA BARROCA, 59, S/LOJA
Telefone: C. 493

EDITOR E GERENTE
Pedro E. da Camara

Assinaturas (Pagamento adiantado)
SÉRIE DE 10 N.ºs — 10\$000 RÉIS
Numero avulso — 1\$000 réis



S. A. R. Dom Duarte Nuno

Dom Duarte Nuno

S. A. R. o Senhor Dom Duarte Nuno completou este ano, no mez de setembro, dezoito anos de idade. Chegou à maioridade dos principes portugueses, alcançando assim perante todos os monarchicos um vinculo mais pessoal, um caracter mais firme. Este facto não é para nós um simples pretexto de saudações cortezanescas, — a que por educação e orgulho rebelde somos avessos: mas é motivo duma homenagem prestada com toda a lialdade e respeito a um principe português, herdeiro daquelle Rei cavaleiro, paladino da tradição lusitana, que foi Dom Miguel. Agora o Senhor Dom Duarte Nuno, com os direitos e responsabilidades da sua maioridade, não é já para nós um principe encantado, que vivia no exilio dignificante a que o condenaram a intransigencia e a honra altiva de seu Avô. Neste combate por Portugal, nesta esperança que nos guia como uma coluna de fogo, prestamos a Sua Alteza as nossas respeitadas homenagens de portugueses que nêle veem a segurança da dinastia, a certeza da continuidade dinastica, cúpula soberana aonde convergem como as nervuras duma abóboda os interesses permanentes da nação. Devemos agradecer a Deus nunca nos ter abandonado com a sua protecção providencial. Atravez de todos os martírios da nossa terra, da anarquia que dispersou num vendaval o nosso patrimonio colectivo, presentimos sempre uma protecção divina a amparar-nos. Portugal, vexado, com a sua alma martirizada, tem sofrido uma longa expiação. Mas, oculta, uma esperança trespassa a vileza dos nossos ultimos tempos e lateja como um coração heroico. Chegamos à epoca em que se consumarão as grandes esperanças da pátria. A tragedia dum século, desde as rivalidades que desuniram a Familia Real, até á loucura dos politicos que espalharam o espirito sempre vivo duma guerra civil, parece transformar-se numa certeza de salvação. Com o Pacto de Paris ficou solucionado o grave problema dinástico.

Esse Pacto de Familia foi um dos actos de são patriotismo, de abnegado amor a Portugal, que nos ultimos anos se praticaram. Ainda estamos muito proximo para avaliarmos as suas consequencias. Basta, porem, que êle tivesse unido a Familia Real para o considerarmos um passo decisivo dado nesta estrada de resgate.

S. A. R. o Senhor Dom Duarte Nuno é hoje o herdeiro presuntivo do trôno. Não necessitamos para assim o declararmos duma decisão futura das Cortes Gerais. Outra solução, dentro dos quadros da dinastia, não existe. Só uma prudencia covarde nos faria hesitar.

E' com um grande júbilo que saudamos no Senhor Dom Duarte Nuno o sucessor de Sua Magestade. A sabedoria da Providencia ligou as sombras de Dom Pedro e de Dom Miguel. Os dois irmãos reconciliam-se atravez da sua descendencia. O abraço que êles dão na sombra tem um valor simbólico. Terminou, depois dum século, a experiencia do parlamentarismo que os liberais impuzeram ao nosso país. A pátria regressa ao seu lar, — ao lume e ao carinho da lareira ancestral.

Escutemos a sua voz de reconciliação e de fraternidade portugêsa!

O ÚLTIMO LIVRO DE ALFREDO PIMENTA

E

A QUESTÃO RELIGIOSA EM PORTUGAL

Em Portugal não havia questão religiosa. Graças á providencia dos nossos Reis, a Reforma não conseguiu penetrar neste país. A tirania pombalina creou um grave conflito que poderia degenerar num scisma, mas o ponderado governo de D. Maria I reatou a boa aliança do trono e do altar. O liberalismo, obra da Maçonaria, rompeu as relações do Estado português com Roma, mas foi ainda o poder paternal da realeza que obteve e que manteve as boas graças da Santa Sé. Em 1910 a unidade religiosa era perfeita, e a Republica, collocando se a um tempo contra a Igreja e contra a Nação, não quebrou essa unidade, antes veio tornar mais fervorosa a fé dos portugueses e mais intima a comunhão do catolicismo e da nacionalidade.

Em Portugal não havia questão religiosa; havia o Estado laico e republicano contra a religião e contra a nação, e estas unidas contra o Estado laico e republicano. Havia portanto uma unidade religiosa perfeita e uma identidade de interesses da Igreja e da Nação. Em Portugal não havia questão religiosa quando o Centro Catolico, inspirando os Prelados, ou inspirado por alguns d'elles, começou fazendo uma politica de aproximação com a Republica, de transigencia, de subserviencia, cujos fins não era facil descortinar.

Foi o Centro Catolico quem abriu scisão entre os catolicos portugueses. Collocaram-se ao lado do Centro certos «leaders» catolicos de fresca data, certos conservadores cujo passado não lhes permitia fazerem-se republicanos e cujas funções publicas não lhes permitiam dizerem-se monarchicos, e parece que alguns Bispos. Collocaram-se fora do Centro os velhos paladinos catolicos como Pinto Coelho, Pinheiro Torres, Fernando de Souza, com *A Epoca*, a grande maioria do clero e a enorme maioria dos fieis. A questão agravou-se quando os prelados se solidarizaram todos numa politica abertamente oportunista, e deram á adesão dos catolicos á Republica uma forma quasi imperativa. A questão agravou-se mais ainda com o aparecimento das *Novidades*, com os agravos tão improprios como injustos dirigidos ao sr. conselheiro Fernando de Souza e a *A Epoca*, com a declaração colectiva do Episcopado, de fevereiro ultimo, e, finalmente, com as tristes occurencias succedidas durante a Peregrinação portuguesa a Roma, em que a intriga e a maldade se deram as mãos para ofender os catolicos monarchicos portugueses, e em que um prelado foi acusado de denunciar ao governo da Republica e á policia estrangeira os portugueses que piedosamente iam a Roma receber o jubileu do Ano Santo.

Divididos assim os catolicos portugueses em dois campos politicamente tão opostos, pesando num prato da balança os Prelados com as suas citações de Enciclicas, e no outro a boa razão e o claro interesse nacional, necessario e urgente se tornava que um espirito superior, competente no assunto e alheio á contenda expuzesse o problema com toda a imparcialidade e clareza, collocando a questão no seu verdadeiro pé.

Foi o que se impôs o illustre escritor sr. dr. Alfredo Pimenta. Dedicou-se durante largo tempo ao estudo meticoloso de todos os textos emanados da Santa Sé que poderiam illuminar a discussão; compulsou tratadistas, comentadores e teólogos; recordou passos da historia da Separação em França e da legislação laica da Republica portuguesa, e formulou um formidavel libelo que apelidou de: «A Republica portuguesa em face da Igreja Católica e a política do Centro Católico».

Escritor escrupulosissimo, espirito da mais vasta cultura, que abandonou a Republica

sobretudo por ela ultrajar a ordem católica a que o seu espírito se acolheu, argumentador inconfundível, tomista dos mais eruditos do nosso meio intelectual, monarquico anti-liberal e portanto liberto de qualquer suspeita de regalismo, ninguém mais indicado do que Alfredo Pimenta para expôr, argumentar e concluir sobre a questão religiosa portuguesa, fazendo assim intensa luz sobre o caso.

Não vamos fazer a crítica do livro. Pretendemos apenas chamar para êle a atenção dos que nos lêem e manifestar a nossa concordancia com o seu pensamento.

Este livro de Alfredo Pimenta era um estudo necessário e é um trabalho magistral. Num país onde se estuda superficialmente e onde os juizos se formulam atrabiliariamente, «A Republica portuguesa perante a Igreja» constitui a primeira afirmação desassombrada mas respeitosa, fundamentada, irresponsível, dum escritor católico estranho à contenda, que se manifesta agora pela primeira vez sobre este assunto, colocando-se francamente contra a orientação política do Centro Católico e dos Prelados portugueses, e, o que é mais, demonstrando a contradição flagrante entre essa orientação e os ensinamentos da Igreja e dos Papas.

*

O livro compõe-se de duas partes, conclusão e nota final. Na primeira o autor demonstra que a Republica portuguesa se proclamou mais contra a Igreja do que contra a Monarquia. Obra, principalmente, da Maçonaria, toda a legislação laica do regime lhe dá uma conformação anti-católica, incompatível com a Igreja. E Alfredo Pimenta conclui: «Quer dizer: a Republica portuguesa, maçónica na sua origem, é anti-catolica, na sua estrutura, — isto é, na sua Constituição política e na sua legislação.»

Na segunda parte, o autor demonstra, com grande cópia de argumentos e citações, que a doutrina da Igreja condena em absoluto a Republica portuguesa, revolucionária, maçónica, inimiga e perseguidora de Deus. «A condenação que recai sobre a Republica portuguesa é, pois, integralmente justa. Esmaga-a, fulminante e decisiva, o anátema da Igreja».

A conclusão, formidável de argumentação clara, sincera, irrefutável, termina por estas palavras que bem se podem considerar o resumo de todo o livro:

«1) A Republica portuguesa é obra da Maçonaria e a Igreja condena a Maçonaria; 2) A Republica portuguesa baseia-se na soberania popular, e a Igreja condena a soberania popular; 3) A Republica portuguesa é constitucionalmente laica, e a Igreja condena o laicismo; 4) A Republica portuguesa estabeleceu a Separação, na sua forma mais extrema, e a Igreja condena o princípio da Separação; 5) A Republica portuguesa laicizou a Família e decretou a Divorcio, e a Igreja condena a Família laica e o Divorcio; 6) A Republica portuguesa estabeleceu o ensino escolar laico e a Igreja condena o ensino escolar laico; 7) A Republica portuguesa é racionalista, e a Igreja condena o Racionalismo; 8) A Republica portuguesa é liberalista e a Igreja condena o Liberalismo; 9) A Republica portuguesa é democrática, e a Igreja condena a Democracia política; 10) A Republica portuguesa é inimiga de Deus, e a Igreja é filha de Deus.

«Sendo impossível conciliar os ensinamentos da Igreja com o espírito, a alma, a estrutura constitucional da Republica portuguesa, os católicos não podem cooperar com ela, não podem aderir a ela, e o Centro Católico e os Prelados portugueses que aconselham essa cooperação e essa adesão, estão praticando um erro das consequências mais funestas.»

O livro fecha com uma nota rebatendo afirmações menos verdadeiras e conclusões arbitrárias formuladas pelo sr. Bispo de Bragança numa sua *Instrução Pastoral* com data de 25 de Março do corrente ano.

O Prelado de Bragança e Miranda vem *agravar* a situação que os Bispos portugueses crearam de subserviência para com a Republica e transigência perante os seus delitos, na Declaração Colectiva do Episcopado, de 14 de fevereiro de 1925, corroborando a afir-

mativa anteriormente feita pelo sr. Bispo do Porto, de que aos católicos não é lícito contrariar a acção política do *Centro* e que portanto aos católicos é imposto o caminho desnacionalisante e vergonhoso da aceitação da Republica.

Enfim, Alfredo Pimenta rompe um silencio absurdo que se fizera em volta da orientação política do Centro Católico e dos Bispos e vem analisar a questão com toda a competencia e com toda a nobreza, desfazendo quaisquer receios de consciencia que os católicos pudessem ter quanto à obrigatoriedade dessas normas de conduta apregoadas pelos nossos venerandos Prelados.

O livro vem ainda acabar com a lenda de que só os monarchicos liberais estavam contra a politica adesivista do Centro Católico, porquanto os integralistas apoiavam essa orientação. Será por razões diversas, mas a verdade é que Alfredo Pimenta, como nacionalista anti-liberal, vem demonstrar quanto é contrária ao espirito da Igreja e á voz dos Pontifices aquela orientação, vem provar que os monarchicos-nacionalistas justamente porque são catholicos e nacionalistas, não podem estar ao lado da politica do Centro Catolico.

A argumentação é tão clara e tão inabalavel que não é possivel rebatê-la; mas isso não impediu que certa imprensa, usando de processos bem poucos lícitos, gritasse e injuriasse o brilhante escritor que é Alfredo Pimenta em vez de, rebatendo os seus argumentos, deitar por terra as suas conclusões. O próprio diário *As Novidades*, órgão católico que não tem leitores, depois de ter elogiado Alfredo Pimenta como cidadão, como escritor, como político e como character, abocanha-o e injuria-o pela simples razão deste nosso querido amigo não se mostrar disposto a navegar nas águas turvas que manam daquela fôlha...

«A Republica Portuguesa em face da Igreja Católica» é um livro que deve ser lido e meditado por todos os católicos portugueses. Se no nosso espirito de católicos, filhos obediêntes da Igreja, podia surgir este dilema: — «eu como portuguez devo combater a Republica, porque ela é contrária ao interesse nacional; mas, como católico, dizem me certos Prelados e o Centro que é contrário aos interesses da Igreja combater a República, e pugnar pela restauração da Monarquia» — este dilema que certas pessoas pretendem capciosamente alimentar no nosso espirito, desaparece por completo com a leitura do belo livro de Alfredo Pimenta. As Enciclicas falam mais alto do que conviria à politica de certos dirigentes da opinião católica... Não restam dúvidas de que a verdadeira fórmula é a seguinte: — «se eu como portuguez devo combater a Republica porque ela é contraria ao interesse nacional; com mais razão eu devo combater a Republica porque ela é contraria aos ensinamentos de Deus e aos interesses da sua Igreja». Esta é que é a fórmula justa para o bom nacionalista e para o bom católico, e nunca poderia ser outra porque nunca seria admissivel que os interesses da Patria pudessem ser em qualquer ponto contrários aos direitos de Deus.

Caetano Beirão.

No próximo número publicarêmos um artigo dedicado à memória de Moreira de Almeida.

GAMA BARROS

Venho tarde, mas creio que venho a tempo ! E é para juntar a minha voz modestissima ao pequeno grupo de estudiosos que, em representação da *Academia das Sciencias* — a velha Academia ! — acaba de levar a Gama Barros o tributo sentido do seu aplauso e da sua admiração. Bem o merece o illustre historiador, que nunca viveu para as victorias faceis da notoriedade, mas que na hora baça que teima em se condensar sobre as nossas cabeças, é um dos mais raros e nobilissimos titulos de que o Portugal contemporaneo se pode valer para legitimar com dignidade, aos olhos de estranhos, as razões actuais da sua existencia.

Nem de longe se compara, infelizmente, a *Homenagem da Academia* a outros repositórios congéneres, de que a Hespanha vizinha nos legou exemplo nas comemorações realizadas em honra do insigne Menendez y Pelayo e do não menos eminente arabista D. Francisco Codera. Exceptuados dois ou tres ensaios de forte sabor português e de notavel relevo erudito, a maioria d'aquellas quatrocentas e tantas paginas, perde-se, por via de regra, n'um noticiario desbotado de simples investigador sertanejo, a que falta, por vezes, com a necessaria ideia central, a proporção e o interesse que seriam para desejar.

Mas como superior affirmação moral, não ha duvida que a *Homenagem da Academia* resgatou-nos d'uma absoluta divida de honra, mostrando-nos que em Portugal se não obscureceu por completo a consciencia dos deveres sociaes.

Encontra-se Gama Barros quasi ao limiar dos noventa annos e o seu trabalho incessante rebrilha diante de nós como uma labareda inextinguivel. Continuador do nosso vigoroso patrimonio historiografico, a Gama Barros, como ao esquecido Alberto Sampaio das formidaveis monografias sobre as origens da nacionalidade portuguesa, pertence a gloria de ter naturalizado definitivamente entre nós os processos objectivos da historia. E' o campo em que Gama Barros se sobrepõe a Herculano com iniludivel supremacia. Porque em Herculano — um romantico, tão depressa deixava manifestar-se a sua mentalidade sectaria, logo se estabelecia entre o historiador e os factos o conflicto de que é testemunho evidente a *Historia da Inquisição*, composta para combater a « reacção », como o proprio Herculano sinceramente o confessa

Não é que se pretenda diminuir a alta envergadura de Herculano e o significado inconfundivel da sua personalidade. O mestre dos *Opusculos*, verdadeiro ressuscitador do espirito e da dinâmica dos nossos municipios afonsinos, ganhou para si o recorte supremo dos medalhões clássicos. Homem de partido, porém, em mais dum problema litigioso da nossa historia como homem de partido se abandonou, passivamente, á dictadura dos seus preconceitos. Dispondo da serenidade dum Fustel de Coulanges, Gama Barros consegue, pelo contrario, libertar-se das paixões e das preferencias da sua época, legando nos um monumento perduravel, como se fosse fundido em bronze de epopeia, na sua *Historia da administração publica em Portugal*.

Evidentemente se me torna impossivel fixar aqui as linhas dominantes da enorme

construcção de Gama Barros. O que importa é assinalar-lhe o incansavel e illuminado esforço, graças ao qual, no mundo plácido das coisas do bem-saber, Portugal é ainda lá fóra considerado como europeu.

Não fóra talvez o nome de Gama Barros, que a sua e nossa terra não aprendeu sequer de ouvido, e decerto que nós não seríamos para a curiosidade culta da gente alheia mais que uma kabila ignara e revolta occupando á beira-mar uma faixa de sol doirado, de onde outr'ora partiam frotas a descobrir novas estrellas, e Camões, de pé, perante o Olimpo perplexo, não hesitava em desafiar as divindades tenebrosas do Futuro.

No entanto . . . No entanto que ninguem veja desalento nestes ligeiros ressaibos de pessimismo ! Ha-de ser exactamente a nossa dôr de portuguezes da decadencia que, debaixo das insignias reluzentes do Encoberto, nos atirá mais hoje, mais ámanhã, para a reconquista de nós mesmos. Então, -- e só então ! — nós perceberemos que sem o reoportuguesamento de Portugal, — na magnifica palavra de Afonso Lopes Vieira, — todas as energias, todas as indignações, todas as invectivas, por tragicas e crispadas que sejam, terminam por desaparecer, desfeitas, como o pó turbilhonante dos caminhos.

São os tesoiros espirituaes do Passado que guardam consigo o germen poderoso da redenção. Por isso, nos periodos procelosos e incertos, sempre os historiadores prepararam para as patrias caídas a avançada segura do resgate.

Não referirei a ascendente que Stein e Mommsen exerceram sobre o ressurgimento e unificação da Allemanha. Basta recordar a acção que os nossos monjes humanistas dos principios do seculo XVII, — os de Alcobaça, maiormente, — desempenharam no florescimento patriotico de 1640. E não me observem que os métodos scientificos da historia moderna se não compadecem com a inspiração nem sempre legitima da *Monarquia Lusitana* !

Não fallo já de Fr. Bernardo de Brito, presumivelmente menos embusteiro do que, em juizo corrente, de ordinario se suppõe. Contento-me em pedir apenas para Fr. Antonio Brandão as atenções esclarecidas. Notava-me a este proposito em Hespanha uma bella intelligencia de mulher que todo o esqueleto da *Historia de Portugal* de Alexandre Herculano repousa em Fr. Antonio Brandão. Não nos devemos surprehender ! Portugal constitue na historiografia europeia um capitulo de subida excepção que, a partir logo de Fernam Lopes, se autoriza em Quinhentos com Damião de Goes, João de Barros e Diogo do Couto, e vae depois, pelo braço dos frades da *Monarquia Lusitana*, entroncar em Herculano, Alberto Sampaio, Costa Lobo e Gama Barros, possuindo por elo de ligação os nossos academicos do seculo XVIII, como Antonio Caetano do Amaral, Antonio Ribeiro dos Santos e João Pedro Ribeiro.

Mas é bem outro o aspecto da questão que mais nos occupa agora. Claro que os métodos objectivos ou scientificos da Historia, não se casam, por condição propria, com os panegiricos enfartados dos antigos tempos. Convem, comtudo, não esquecer que a esse, — como dizer ? — hiperbolismo patriotico se substituiu um principio sistemático de livre-critica que fez da Historia um motivo de guerra civil permanente. Portugal soffreu-lhe as consequencias, como poucos países, E' vêr a herança que recebemos do folhetinesco Pinho Chagas. Ora, introduzindo nos dominios da historia nacional os processos experimentais, — consinta-se a designação — de que Fustel de Coulanges foi a personificação.

perfeita, como um biologo que nos demonstra a unidade intima do ser, Gama Barros ensinou-nos a descobrir, contra os subjectivismos negativistas das gerações precedentes, a unidade intima da Patria. Eis como Gama Barros se torna um professor de lusitanismo, não só pela disciplina escrupulosa, que nos communica ás intelligencias, como tambem pelo sentido que constantemente nos transmite da continuidade viva da Tradição. E tudo, porque nenhum como elle restaurou entre nós aquillo que Fustel de Coulanges chamava, com uma nobilissima imagem, a «castidade da historia».

Comprehende-se já, como pelo exame directo das fontes, sem criticismos vesgos de permeio, seja Gama Barros quem mais de perto venha a contribuir para a grande seara de esperança em que labutamos. Ao traçar o squema do seu pensamento filosofico, o fallecido professor Grasset não hesitava em concluir pela necessidade dum *idealismo positivo*, como sendo a «sciencia da idéa» baseada na lição do «facto». Tal é, em face da historia scientificamente praticada e conduzida, a sintese guiadora do nosso nacionalismo. Exactamente, na noção real das possibilidades da Raça e das virtudes da Terra que ella fez á sua imagem e semelhança, é que nós fundamentamos a como que predestinação mística em que o Encoberto se annuncia dentro de nós para a sua encarnação definitiva. Inspirados pelas razões eternas do sangue, olhamos as estrellas, — as estrellas que nós ajudámos a determinar no Céu. As directrizes do Passado entregam-nos assim a chave do dia que vem. E pois que as feições centenarias da Patria tomam expressão commovida num velho historiador que as entendeu como ninguem, vós, homens moços que me lêdes, ide todos com ramos de azinheiros e propósitos firmes de sacrificio, ergue-lo nos vossos braços e dizer-lhe singelamente, á maneira antiga, que Portugal não morrerá !

De A Monarquia).

Antonio Sardinha.

Quaisquer que fossem as limitações impostas á influencia das Côrtes, elas eram tidas no maior apreço pelos povos; produziam admiravel aproximação e espirito de solidariedade entre a realza e a nação; e fôram uma das instituições que melhor caracterizaram e retrataram a vida nacional. A liberdade e o desassombro com que os povos falavam em Côrtes, ainda nos tempos de franco absolutismo, demonstram que o engrandecimento da autoridade real nem obliterara do espirito da nação a consciencia dos seus direitos, nem cegara o espirito dos monarcas a ponto de confundirem o uso legitimo do poder com os desvairamentos do arbitrio.

Fortunato de Almeida (Historia de Portugal, tomo III, pag. 74.)

GAMA BARROS

MESTRE DO NACIONALISMO PORTUGVÊS

Gama Barros, o homem probo na sciencia historica, perfeita de probidade, — o magistrado probo em uma vida de exemplo, — o politico probissimo, porque não era politico e só na politica foi o mesmo homem de character e de intelligencia, — morreu.

. . . Na casa da sua residencia, falleceu o Conselheiro . . . E os jornaes mais os senhores jornalistas, de absorvidos em altas locubrações homéricas, davam-nos apenas a noticia secca e banal da morte de um conselheiro vulgar, com necrologio e todos os accessorios, que se fina de reuma, leva funeral sem esmolos e tem enterramento de um simplissimo deitar-á-cova sem discursos. Bemdita faça Deus esta boa terra, onde os talentos são tantos, e tantos os homens de bem, que não sente cada um que se vae pelos muitos que lhe ficam. E foi um que se partiu, este !

Em verdade, Gama Barros era um Conselheiro, que El-Rei D. Luis fez em 1873 ; foi par do Reino em 1906 com El-Rei D. Carlos. Mas, como se o seu valor moral não fosse bastante para impôr o magistrado, primeiro valor numa sociedade bem constituida, deixou-nos o padrão precioso da *Historia da Administração Publica em Portugal nos seculos XII a XIV*. Ahi o homem e o historiador completam-se. «O certo é que as obras sempre se parecem com o seu auctor», disse o P. Antonio Vieira no Sermão de Nossa Senhora do O. Eis um exemplo admiravel, aqui.

Para nós que muito fructo colhemos e colheremos da sua obra, e confiamos que bom fructo colherá de ella um dia a sociedade portuguesa, Gama Barros é um Mestre. Mestre que fundamenta os alicerces do nosso pensamento nacionalista. Só por esta qualidade extraordinaria da intelligencia do historiador, elle teria direito ao reconhecimento agradecido e entusiastico de todos os obreiros da reconstituição da Patria. Onde Herculano, o cabouqueiro extraordinario, apresenta o facto, classifica a instituição, elucida o documento, Gama Barros, o architecto seguro, completa-lhe o trabalho, collocando-o no seu logar, construindo, dynamizando os conhecimentos para os ordenar no quadro das instituições portuguesas. Sem se prender, num objectivo preciso que era o seu, com as fantasias das origens problematicas que tanto preocupavam Theophilo Braga, e lhe deram ásas de aviador emérito.

O primeiro volume da *Historia da Administração* abre com um preambulo curto, a definir o intuito do historiador, onde elle marca limpidamente o seu pensamento. A consciencia do alcance do trabalho é tal e tam perfeita que desse preambulo de meia pagina, sae uma lição. E' que Gama Barros não estudava só para que os outros estudassem com elle ; ia mais além, mais objectivo, mais consciente da sua missão ; aprendia para ensinar, e guia-nos através da barafunda creadora da Idade-Média com um pensamento continuo, que é mais extraordinario pela serenidade, methodo, desenvolvimento logico, e clareza, do que pelo conhecimento revelado.

Que queria elle no seu trabalho-guia, da *História da Administração* ? Elle proprio o diz.

... «apresentar a administração publica em Portugal sob todos os seus aspectos em «relação ao regimen interno, abrange a epocha decorrida desde a fundação da monarchia «até ao fim do reinado de D. João II — 1495.

«Para avaliar de perto o mechanismo da administração e o seu influxo, não basta co-
«nhecer o direito que a regia ; é mister penetrar mais no amago da sociedade, prescru-
«tando os costumes de cada classe, investigando os seus privilegios e encargos, e attentando
«tambem na constituição da familia e da propriedade, na justiça civil e criminal.

«A luz que se reflecte do exame desses varios lineamentos, tenta este escripto retra-
«tar o modo como se governava a nação portuguesa, tão completamente nas feições princi-
«paes, quanto o permittam os monumentos que é licito acceitar para fundamento da historia,
«observando as transformações que se succederam até o raiar do seculo XVI, em que
«sob o imperio da monarchia absoluta, o paiz vae entrar numa phase nova da sua evo-
«lução.»

Como se vê, é um programma completo. E' um programma perfeito de historia mo-
derna, comprehendendo a historia como campo de acção objectiva, em que o pensamento
conduz a concatenação e dispositivo dos factos, sobranceiro a elles e sem a elles subordi-
nar o subjectivismo pessoal do autor. A sociedade portuguesa tinha os seus usos e costu-
mes, que lhe criaram, dispersivamente, localizadamente, o seu direito tradicional ou tradi-
ção local. E compondo-se de familias, nucleo essencialmente territorial, estas com o seu
regimen proprio de propriedade, era necessario basear ahi a formação juridica da Nação.
As formulas por que esses agregados se administravam, iam alargar o estado a uma classi-
ficação já feita por Herculano, comparando-as, constatando-as numerosas variedades de
uma norma juridica geral, rebuscando-lhes a linha ascendente até as probabilidades archeolo-
gicas das instituições primitivas, aproveitadas, deformadas, desenvolvidas pela civilização de
Romanos, Wisigodos, Arabes. A fermentação peninsular do dominio arabe, a lucta pela li-
bertação, a altivez nativa sobretudo desenvolvida pelo elemento germanico, provieram per
certo mais da necessidade de livremente as populações exercerem as suas instituições pro-
prias, erguendo-se perante o invasor ou facilitando e aceitando a revolta, do que da per-
seguição religiosa e propriamente da tyrania politica e militar. Embora, a reacção concen-
trou-se nas monarchias neogothicas e especialmente, pela sua supremacia, no Reino de
Leão. E ahi temos o nosso historiador a procurar nas instituições geraes da monarchia leo-
nesa as instituições geraes da monarchia portuguesa, de ella desmembradas por uma politica
de guerra. Diz Croiset ; *tout étude historique, implique une certaine conception de l'his-
toire et de ses lois. Je dois donc indiquer dans quel esprit j'aborde ma tâche.* Assim
o fez Gama Barros.

O direito consuetudinario, fundamento do direito privado portuguez, mereceu um cui-
dado especial a Gama Barros. Repare-se no que elle escreveu no preambulo transcripto.
1.º apresenta a administração publica portuguesa sob todos os seus aspectos ; 2.º não basta
conhecer o direito que regia essa administração ; 3.º impõe-se ir mais longe, ao intimo da
sociedade que a adoptou, moldou e desenvolveu ; 4.º a essencia das instituições tem de ser
procurada nas classes com os seus costumes, na familia e sua constituição, na organização

da propriedade, no exercicio da justiça do civil e do crime. E' com a complexidade equilibrada d'este summario que Gama Barros foi retratar o modo como se governava a nação portuguesa nas suas «feições principaes».

Lembre-se que o periodo portuguez assim estudado é a epocha da formação nacional, com as suas características distintas, na sua organica perfeita. Depois veio o Renascimento, e este factor que para a França, por exemplo, é capital na sua formação definitiva, para nós é desnacionalizado, e marca uma nova phase para o espirito nacional da expansão ultramarina, e da administração unificada na vontade absoluta do Rei. Condição esta, porém, diga-se de passagem, sem a qual a India e o Brasil não teriam sido atingidos.

A obra reduz-se, ou melhor concretiza-se no «retrato» da sociedade portuguesa até o auge da sua potencia nacional, isto é, até o momento de atingir conscientemente a sua culminancia. E que a fez? As instituições apresentadas, que decorrem pelo direito local, pela força tradicional do municipio, pela «introdução dos homens de officio na administração municipal» desde o derradeiro quarto do seculo XIV; a organização social das classes *Clero, Nobreza & Povo*, com os seus «privilegios e encargos»; as *Côrtes Geraes* com representação das classes; e acima, sobranceiro na independencia das suas funções, o monarca, *chefe supremo de todos os poderes militar, civil, judicial e administrativo*, pelo direito divino proclamado nos concilios de Toledo. O Rei representava no seu poder uma delegação de Deus, e assim elle, que era chefe, era-o por vontade divina, o que lhe dava razão fundamental de autoridade reconhecida pelo exercicio de essa mesma autoridade. A organização do poder central com a Casa Real, o Conselho do Rei e os Tribunaes (da *Côrte*, da *Suplicação*, de *Apellação*, etc.) completam e estendem com toda a elasticidade possivel numa organica perfeita e em exercicio o poder funcional do Rei.

«O Rei era o primeiro proprietario, mas o estado da sociedade exigia que fosse igualmente o chefe effectivo de um poder central, estreitando os laços que prendiam a um unico soberano todos os moradores do país». O segredo desvendado que manteve a pacifica continuidade de esse poder central foi a successão hereditaria, que principiou a prevalecer sobre a electiva e de rebelião na segunda metade do seculo X e constituiu logo o direito tradicional da *Côrte Portuguesa*, confirmado no seculo XIII por Afonso X de Castella nas compilações leaes, e alargado nas *Partidas* pela preferencia nos descendentes-varões em linha recta.

Ao instituições naturaes são aquellas que espontaneamente se geram, adaptam ou modificam — A historia de um povo, — diz Gama Barros, — é a historia das instituições municipaes; por ellas influe no governo da sociedade pelo voto em *côrtes*; o desenvolvimento do municipio explica a emancipação da classe laboriosa, pois não podia coexistir a escravidão ou adscrição focada com os gremios municipaes, onde o escravo ou adscripto podia obter a sua alforria (I, 476). Como a existencia dos mesmos gremios e o poder effectivo do Rei, chefe na guerra e na paz, desde o primeiro momento, explicam em grande parte, talvez na melhor parte, a anulação do feudalismo em Portugal similarmemente ás outras monarchias gothicas, de uma origem e em uma directiva communs.

O conjuncto do edificio historico, erguido por Gama Barros á Idade-Media portugueza é este. Verifica-se o valor do trabalho, que dá a seu autor a gloria de constituir deante dos Portuguezes o precioso quadro global das suas instituições legitimas. «A sciencia da

ideia» moldada na «lição do facto» deu este «idealismo positivo» que Grasset reputava necessario; e por elle, sem theorias, sem fantasias, sem abstracções, Gama Barros definiu o nacionalismo portuguez, concretizando-lhe os seus fundamentos e o desenvolvimento das suas transformações dentro do mesmo espirito inicial de obediencia ao interesse positivo, *commum*.

Por isso Gama Barros é mestre. Deante do nosso «idealismo positivo», apparece como lição e guia o nacionalismo constructivo do fallecido historiador. Figura primacial da Reconstrução, temos de venera-lo pelo ensinamento e pelo prestigio de Mestre effectivo. Reconheçamo-lo, e proclamêmo-lo, já que a morte o encontrou quasi ignorado. Não será, não seria popular, pois nunca os homens de envergadura o são, muito menos entre nós onde os semi-analfabetos se contam em maior numero e maior perigo que os analphabetos. Reconheça-o essa minoria de escola que tem por dever, e antes de mais imponham-no os renovadores e propugnadores de Nacionalismo portuguez, desfalcado de Antonio Sardinha e Gama Barros em um anno só.

Luis Chaves.

Quando Thiers apresentou pela primeira vez na tribuna franceza a sua celebre maxima de que o rei reina e não governa, tal profundidade, ou antes tal sal, acharão os filosofantes da época no dito do dizidor que, sem mais exame foi recebido por todos e transformado em aforismo politico. O principio de Thiers é falso e não pode delxar de ser seguido de péssimas consequencias, ainda nas monarquias representativas para que foi inventado. Realeza sem realidade, ou poder régio sem ser real, não vejo para que possa servir. Se se quer dar ao aforismo do publicista francês sentido verdadeiro, profundo e cheio de úteis consequencias práticas, é preciso transformá-lo neste outro: O Rei governa mas não administra.

Gama e Castro (O Novo Principe, 1841)

A Política Social da Monarquia Organica

(Apontamentos da conferencia realizada no Palacio Murça a convite da A. R. P.)

I -- «*Politique d'abord*»

Por mais que gremem e proclamem os corifeus do sindicalismo revolucionario, asseverando o predomínio do *economico* sobre o *politico*, no dinamismo complexo da Produção, cada vez mais os factos se encarregam de confirmar aquêlê aforismo de Maurras, que, ao contrário, condiciona o *economico* pelo *politico*. Para nos firmar nesta certeza basta lembrar a attitude politico-social das agremiações operárias portuguezas e estrangeiras do tipo das Confederações Gerais do Trabalho.

Que são as Confederações Gerais do Trabalho? Organismos puramente economicos? Onde começa e onde acaba a sua acção puramente politica? Limitam-se êles porventura à defeza dos interesses sindicais, na sua função reguladora da Produção? Não vimos nós o gabinete Herriot, em França, tendo por aliados declarados os srs. Jouhan com a sua C. G. T., enquanto a C. G. T. U. faz o seu jogo comunista? Não vemos na Itália a *Confederazione Generale del Lavoro* tomar partido pela «oposição do Aventivo» contra o governo de Mussolini? Não vimos as *Trads Unions* formar do lado das massas eleitorais do «trabalhismo» e a União dos Sindicatos Alemães fazer o jogo politico da Social-democracia, nas sucessivas lutas eleitorais dos ultimos anos? Finalmente, em Portugal, não vimos nós as organizações operárias servirem de especulações do governo esquerdista de Domingues dos Santos?

Assim, quem poderá negar que o problema social seja uma função do problema politico, tal qual como as aguas dos rios correm de suas nascentes longinquoas, mas fatais?

A afinidade espiritual que une os elementos, que dirigem as formações sindicais revolucionárias, e os politicos esquerdistas europeus, prova eloquentemente a razão da intima coordenação que se estabelece entre os trabalhadores, que o nacionalismo orienta, e os homens publicos que ao nacionalismo votam o sacrificio de toda a sua actividade intelectual, de toda a sua acção patriotica. Se uma politica radical no centro do Estado é a melhor segurança do sindicalismo internacionalista, porque não há de ser para o sindicalismo nacionalista, renovador, uma esperança tambem o advento duma politica nacionalista, alimentada pela tradição portuguesa?

Por terra caem assim as acusações e estranhêsas dos adversários do nosso *corporativismo nacionalista* e, portanto, monarchico. Ao comunismo respondemos com o nacionalismo à ditadura do proletariado (que é simplesmente a ditadura sobre o proletariado, a escravidão do proletariado) opomos ditadura do interesse nacional, — a Monarquia.

II — *A Monarquia constitucional é uma etapa da anarquia*

O pensamento moderno encontra-se em frente dum dilema temeroso. Bifurca-se a estrada: é necessario escolher um caminho e negar absolutamente o outro. Seguir a doutrina nacionalista é trilhar a eterna e firme estrada que considera a nação o centro da sua exis-

tencia, a razão primeira de todas as suas conclusões. Ser nacionalista é comungar com os seus mortos a fé creadora que ha de gerar os tempos vindouros.

Nada mais lógico, pois, que o encadeamento natural que dá ao pensamento nacionalista a sua conclusão mais rigorosa. O principio monarchico, tradição politica que creou e desenvolveu a nação, tradição social que creou e desenvolveu uma patria.

Por outro lado quem poderá negar a lógica, também segura e insofismavel, que faz do pensamento internacionalista a cadeia ininterrupta das ideias que começam na revolução politica e vão até à revolução social. Inicia-se a descida no plano inclinado, cujo inicio sangrento é o assassinato de Luiz XVI, a vitima da mentira liberal. O Liberalismo, como a sua vizinha a Democracia, são etapas politicas que geram consecutivas etapas sociais. Assim a Monarquia Liberal como a republica são meras etapas da anarquia.

III — *Do tradicionalismo economico ao individualismo*

Aqueles que hoje se aterram com a ebulição das classes proletarias, que por vezes vem á supuração em manifestações de ameaçadora anarquia, como a famosa jornada das Juntas de Freguezia ao Parlamento, no ano passado, a gréve revolucionária, durante o governo do coronel Antonio Maria Batista, ou, ainda mais recentemente, a marcha a Belem, etc., certo desconhecem o que ha de lógico, de fatal, no encadeamento dos factos que nascem no século XVIII, se desenvolvem no século XIX, para virem rematar naturalmente na crise tremenda em que nos debatemos.

Na verdade, a curva das ideias sociais revolucionarias é uma linha lógica em todas as suas etapas e pontos de referencia. Assim desde que se decretou antagonicas com a ideologia democratica triunfante as organizações corporativas do trabalho nacional, corporações, gremios, confrarias, os officios, etc., desde que a favor dum conceito puramente abstracto se declarou a «nação una e indivizível», negaram-se todas as virtudes da prostração organica da noção, que em cada uma das suas células vivas, que o tradicionalismo economico creára (provincias, cooperações, familia) tinha assegurado o seu sentido natural, social e humano; desde que, numa palavra, o Estado se divorciou da nação, deixando de ser social para ser simplesmente politico, a semente da Revolução social podia ser afoitamente lançada que encontraria o campo cultural favoravel para uma pronta germinação e desenvolvimento. E assim foi.

Uma vez destruidas as sábias e cristianissimas organizações corporativas, creadas e alimentadas pelo *empirismo construtor* da Idade Média, á qual prestam homenagem Luis Blanc, Shandler, Frantz Funck Brentano, etc., socialistas e anarquistas sociais, desfez-se mortalmente o unico élo que tornava possivel a aliança entre os diversos elementos da Produção nacional, entre nós como em toda a Europa. Do mesmo modo julgando-se crear a fraternidade e a paz, pela igualdade, creou-se a desigualdade e a luta pela competencia. E então apareceram uma Burguezia sem deveres, uma Nobreza sem direitos e uma classe operária sem direitos nem deveres. Data daí o começo do *inferno social* de que nos fala Bourget.

E' que então se inicia a éra do odio entre as chamadas classes, fazendo se perder o trabalho, sobretudo ao trabalho manual, aquele significado antigo da nobreza que nascia duma legitima certeza da sua utilidade e préstimos sociais.

Com as corporações, é o próprio socialista Luis Blanc que o confessa, «despertava-se no povo uma emulação sem ódio». O exemplo dos trabalhadores deligentes e hábeis engrossava o estimulo. Os operarios faziam-se uma competencia fraternal. «No dia, porém, em que o individualismo politico decretou o individualismo economico, as determinantes do meio social tinham de ser necessariamente bem diversas no que respeita á paz e aos interesses da Produção. A perturbação que a revolução politica trouxe ao campo das reivindicações sociais, foi logo tão notória que mesmo no seio da convenção francêsa se ergueram vozes alarma-

das por causa do passo em falso que se tinha dado. Os girondinos e o próprio Marat não escondêrão o seu receio pelo futuro em que a aplicação dos principios revolucionarios à economia social haveria de produzir graves desequilibrios.

Junte-se agora a essas perturbações, que trouxe a anarquia individualista, o desenvolvimento extraordinario das industrias, que a conquista da máquina a vapor vinha realizar. Com esse desenvolvimento a concentração operária tornava-se colossal, pois deslocava para a fabrica a multidão anónima das pequenas oficinas. Paralelamente a avolumar ainda mais as dificuldades que d'aqui nasciam, a centralização administrativa, matando as provincias em proveito da capital, e dos privilegiados grandes centros de população, tornava maior ainda o aglomerado operário, criando aspectos novos ao já de si tão complexo problema da coordenação dos interesses do trabalho nacional.

A anarquia dos elementos da Produção surge depois, em 1848, com um caracter dolorosamente dramático, atravez uma auréola de sentimentalismo. Aos erros do espirito juntavam-se os erros do coração. A' crise da intelligencia juntava-se a crise da sensibilidade.

As crises do romantismo patológico aceleráram a marcha das perturbações sociaes. Nos salões os poetas pálidos, «de longos cabelos e ideias curtas», como dizia Musset, choraram ao piano endeixas doloridas sobre a injustiça social do tempo, enquanto as damas se sentiam na obrigação romantica de desfalecer em publico...

Dos salões e dos livros escorria essa sentimentalidade e vinha infiltrar-se na inquietação da turba dos trabalhadores, que a pouco e pouco, sob essa influencia romantica, se foram revoltando contra o seu destino e contra os que elles julgavam culpados. O trabalho era assim desviado do seu sacratissimo trono de gloria, como elemento de civilização, para se reduzir à condição vil duma maldita grilheta. E' verdade que esse sentimentalismo revoltado, quando a revolta, não creára, todavia, o facho vingador que devia guiar. Mas o principal estava feito e quando o loiro amante da condessa de Hatsfeld aparecia anunciando as ideias precursoras da democracia social. As *élites* operárias logo o compreenderam. Lassalle era ainda um romantico. Como tal éle foi o natural intermediário entre o seu século e Karl Marx. Eis-nos chegados à etapa decisiva para os destinos do movimento operário.

Mais do que Proudhon com a sua *Révolution Sociale*, mais do que Bakounine, famoso *moujik* intelectual, Karl Marx é quem lança as bases duma economia revolucionária, ao mesmo tempo que com o seu companheiro Engels organiza a primeira Internacional operaria, nascida no celebre *meeting* de S. Martin Hall.

Evidente se torna que Jean Jacques Rousseau está para a Revolução Francêsa com o seu *Contrato Social* como Karl Marx com o seu *Das Kapital* está para a Revolução Comunista dos nossos dias, realizada com o bolchevismo na Russia e na Hungria com Bela Kun

IV — Existe em Portugal uma questão social ?

Quando em principios de 1918 as greves dos Caminhos de Ferro punham em cheque o pobre Machado dos Santos e criavam grandes atritos ao recém-nascido governo de Sidonio Pais, eu escrevi na *Monarquia* um artigo «Serenamente», que mereceu a honra dos louvores do chorado presidente. Falo d'ele sem nenhum orgulho, mas tão sómente porque marca uma data, um ponto de referencia. Nesse artigo eu perguntava então : existe uma questão social no nosso país ? E terminava pela negativa, depois de ter examinado como a repartição da riqueza particular e a ausencia de grandes empresas industriais davam à questão um mero aspecto sentimental, de nenhuma imediata consequencia.

Já lá vão 7 anos. Hoje a mesma pergunta tem outra resposta. Hoje existe de facto uma questão social e existe em primeiro lugar por culpa da republica porque é aqui, como em toda a parte, *le pays de cocagne, des financiers sans scrupules*, -- a republica dos camaradas. A' sua sombra nefasta crearam-se as inúmeras clientelas dos novos ricos, fizeram-se

de um momento para outro fabulosas fortunas com escandalosas protecções dos carimbos mágicos dos ministérios.

De repente a Bancocracia surgia como um polvo temeroso e atraz dela todas as oligarquias politico-financeiras para se sacrificarem os interesses mais legitimos da nação. De balde se reclamou deste regime uma necessaria contribuição sobre os lucros de guerra. De balde se lhe pediu uma administração conscienciosa que limitasse os apetites dos que se serviam do seu manto para encobrir franquibernias. O resultado foi essa crescente e poderosa onda de luxo. O resultado ostenta-se hoje no Chiado com a sua exhibição de brilhantes e joias de preço. E então diante da loucura cavou-se tremendamente a vala que separa os que aspiram à riqueza com o mesmo desvario e paixão desenfreada desses aventureiros do commercio, da finança e da politica. E esse foi o estímulo para o desenvolvimento da questão social entre nós.

O operario, levado na louca correria do meio depravado pelos costumes democrato-financeiros, passou a criar necessidades que não tinha e deixou-se arrastar por odios cuja eclosão logo se manifesta nos graves acontecimentos do ministério Maria Batista. De então para cá o mal agravou-se sobretudo com a criminosa desvalorização da moeda, que acabou de desnortear os restos do bom senso nacional. Mercê dessa burla republicana, as fortunas pareceram multiplicar-se e uma exagerada ilusão do seu real valor scintilou num fulgoroso e sinistro relampago aos olhos dos desprotegidos. Estava então creado o meio propicio para a especulação dos politicos, especulação tanto mais perigosa porquanto ela encontra na etapa republicana um natural estímulo.

Desta forma se tornou possível a ameaça do perigo social do nosso tempo. A nação corre o risco gravissimo de ser preza de todas as aventuras politico-sociais cujo natural resultado se encerra sempre na miseria e na fome.

V — De Marxismo à derrocada

Assim a revolução politica nos trouxe a revolução social. O marxismo parece o verdadeiro herdeiro desta republica de plutocratas sem escrupulos.

Ora o que é o Marxismo? Politicamente, uma burla, que assegura a tirania de meia duzia de *meneurs*; socialmente, uma farça sangrenta.

Ocioso se torna falarmos das doutrinas economicas de Karl Marx. Todos conhecem em demazia os erros do *Das Kapital*, mesmo debaixo do ponto de vista da nova economia, a economia colectiva. O problema do «sobre valor» e o falsissimo criterio com que o economista germano calcula o quoficiente «trabalho», são hoje velhas coisas sabidas.

Nunca é demais, porém, frizar o aspecto mais pernicioso da nova economia colectiva e que vem a ser o grande equivoco que ela estabelece proclamando a fatalidade historica da *luta de classes*.

Segundo Marx, o nosso tempo seria o reinado do proletariado, porquanto a linha que vai das sucessivas derrocadas dos barões do feudalismo, dos Reis e da actual burguezia, tem por limite supremo a vitoria da chamada classe operaria, a vitoria de todos os tempos. Em volta desta *boutade* economica teceu-se toda a fantasia das esperanças revolucionarias e alvorçaram-se de vigor revolucionario os corações da multidão proletaria.

Ilusões, ilusões sangrentas! A sciencia económica e a critica historica deram depois de Marx grandes passos na tecnica e na precisão dos seus ensinamentos e assim o materialismo historico de Marx não resiste ao mais sumário exame. O progresso não é uma linha recta. E se não é bem a serpente que morde a cauda, como na fábula, é pelo menos uma linha sinuosa caracterizada.

Cairam os barões do feudalismo, cairam os Reis, mas não caiu o principio que eles representavam e que se resume neste fatalidade: o **chefe**. Negar isso é negar a nossa civilização e provocar a catastrophe sem remedio.

A democracia social de Marx, que é a democracia política aplicada ao trabalho, constitue a ruina deste. Não é possível (todas as afirmações do progresso técnico o provam) hoje uma industria progressiva sem que nela se faça sentir a influencia benefica dos chefes: chefes técnicos, engenheiros, chefes administrativos, os gerentes, chefes capitalistas. Estabeleça-se a democracia na officina, aplique-se o critério eleitoral para escolher os engenheiros e os técnicos administrativos, destrua-se o capital individual, que é a unica forma humana do estímulo, e que ficará da industria? O caos, a luta civil e a miseria irremediável.

Mas os erros da doutrina marxista avaliam se sobretudo pelos seus resultados. Tal qual as virtudes do tradicionalismo economico, que nós defendemos, se aquilatam pelo valor duma experiencia de séculos.

O comunismo, instaurado na Hungria com Bela Kun, fez baixar a Produção nacional a 55 % do que era antes da Guerra; mas sobretudo na Russia, pela duração da experiencia, os resultados são mais concludentes e pavorosos.

Segundo o dr. Nanssen, membro da comissão americana, que visitou a Russia, o número de mortos pela fome atinge, em 3 anos de martirio bolxevista, a cifra horrivel de 9 milhões. Na Russia, segundo os calculos mais optimistas, a Produção nacional baixou a 25 % da dantes da Guerra. Tambem hoje a classe operaria russa pode-se dizer, como o afirmou Spinasse, em polémica com o chefe comunista Cachin, «que é a mais miseravel da Europa» e que «o operariado russo é a grande vitima do bolxevismo».

A mentira das palavras! Democracia social... Que é isto no fundo senão mais outra forma doirada que os *méneurs* agitam para abrirem, para seu proveito, um caminho de aventuras á custa do operariado, da mesma maneira como a democracia politica tem servido para se conquistar uma ambicionada situação, servindo-se do sufragio como dum criado diligente. Na hora em que se conquistou o lugar apetecido, quem dentre os que subiram se recorda mais dos que em baixo os auxiliaram?

A democracia social fez falencia, como todas as illusões nascidas da fantasia dos homens. A correspondencia de Marx com Engels prova-nos de sobra o que era o marxismo no jôgo das ambições pessoais do seu fundador. Duma carta de Marx respigo estas linhas concludentes: «As coisas marcham, escrevia êle, em 1867. E na proxima revolução, talvez mais proxima de que parece, nós, isto é, tu e eu, teremos este poderoso instrumento nas nossas mãos.»

A especulação dos *méneurs* da politica operária vai-nos lançando doidamente na ruina economica e social. O que faz a republica em defeza da sociedade e do patrimonio nacional que herdou do passado? Oh! muito pouco! A não ser no plano inclinado de todas as capitulações e fraquezas maximas... Parente e discipula do constitucionalismo, segue-lhe nisto, como em tudo, as suas pizadas. E assim a politica social da republica cabe dentro desta formula: ignorancia e medo. Tal qual a tripulação desvairada dum barco perdido sobre o mar e que na ansia de não naufragar, vai alijando todo o lastro, as coisas maximas e as expedientes de momento...

Pode isto assim continuar? Evidentemente que não. Bem estaria se a derrocada atingisse só a republica. Ai de nós! A catastrophe será nacional!

VI — A Monarquia Social

Urge acudir à nação em perigo. Como? Implantando a Monarquia Social. Desde já com as armas na mão? Não. A revolta é uma consequencia; virá no momento oportuno. O que se apresenta necessario em primeiro lugar é fazê-la no espirito, espalhando as boas ideias do resgate social, pois que só se derruba definitivamente aquilo que se pode substituir.

Faça-se, pois, desde já (que o tempo urge) a Monarquia Social nos espiritos — para a podermos fazer de vez com as armas na mão.

E o que é a Monarquia Social? E' a nação organizada, segundo as tradições sagradas da sua vocação cristã e latina. E', politicamente, um agregado organico de vontades que bebem a inspiração do seu officio no nacionalismo activo e ardente das grandes reconstruções historicas. E', socialmente, um conjunto organico, isto é, hierárquico, disciplinado, especializado, competente, dos diversos elementos da Produção nacional. A Monarquia Social é o sindicalismo organico — e este é a representação dos elementos da Produção dentro dum quadro nacional de valores economicos e sociaes. E' a destruição da concentração capitalista pela sindicalização corporativa dos interesses.

E' a divizão organica do trabalho.

E' a entronização da propriedade colectiva, dentro do interesse nacional. E' a garantia da propriedade familiar.

E' o capital com o limite marcado dos seus direitos e a justa retribuição dos seus deveres. E' a hierarquia profissional e hierárquica dos organismos sociais. É a competencia regulada, que quer dizer, especializada, diferenciada em categorias. E' o bem estar dos trabalhadores pela paz social, corporativa, regional e familiar. E' o bem estar da nação pela garantia organica da paz social. E', na ordem economica, a Economia Social substituindo a Economia Liberal e promovendo a concentração nacional, regional e local da Produção e transformando o antigo sentido, herdado do mercantilismo, das formações liberais (cartel, trust, companhia), em sentido organico, que se define pela solidariedade nacional, regional e local; organico nos seus propositos e na sua estrutura própria, isto é, estabelecendo a verdadeira mutualidade e confiança entre os elementos da mesma produção.

A Monarquia Social tem um alto símbolo a representá-la, — o pelicano sangrando.

O Estado não se limita a uma acção mecanica da administração liberalista, a sua acção será paternal, e exercerá uma influencia moral, espiritual e dinamica. Dêle partirão todos os incitamentos às iniciativas particulares, toda a protecção necessaria e justa ao trabalho nacional.

O que é o Estado moderno, liberal-democratico?

Uma velha engrenagem burocratica, emperrada à força de ferrugem e que existe fóra e à parte da nação. Longe de promover os movimentos de expansão nacional, êle serve apenas para os impedir, inutilizando a iniciativa particular, esmagando a propria alma colectiva da Raça.

O Estado actual é um espantalho grotesco que não corresponde às necessidades do nosso tempo.

Filho de bafientas ideologias do «século estúpido», o Estado democratico teima em impôr-nos os seus *clichés*, já gastos, — parlamento, partidos, economia liberal, etc.

Por isso a Monarquia Social é a **renovação**.

A sua missão é ir ao encontro de todas as reivindicações do trabalho nacional e crear-lhes um quadro social e nacional onde se encontrem a liberdade numa expansão justa e uma solidariedade fraterna e fecunda.

A Monarquia organica tem na sua politica social uma preocupação moral, ao contrário do marxismo que na sua concepção antiquada aspira a formar a sociedade com um materialismo repugnante. Daí o character cristão da Monarquia tradicional. Na regra e na intelligencia do catolicismo, bebe a Monarquia Portuguesa toda a inspiração da sua moral social e humana.

E assim, enquanto todos reconhecem agora, mesmo os intransigentes social-democratas dos *guilds socialisms*, como falta ao comunismo de Marx uma base moral capaz de assegurar a justiça e a paz social, nós vamos encontrar na tradição historica do catolicismo o fio partido da admirável harmonia corporativa de outras eras.

Quanto mais se estuda as origens do corporativismo da Idade-Média, mais e mais se acentúa o nosso reconhecimento pelas virtudes sociais do cristianismo. E', pois, com razão que a Monarquia Social, — essencialmente cristã — junta aos ensinamentos dum empirismo historico os claros e utilissimos dictames da Igreja Catolica,

A *Rerum-Novarum* é assim um grande capítulo da Economia-Nova.

De novo a Monarquia reata o laço da aliança entre o Altar e o Sceptro, aliança que o liberalismo rompêra, e o fulgor dessa aliança restaurada por nossas mãos é maior e mais brilhante.

Dessa aliança resulta uma mais clara intelligencia dos tempos futuros da nova ordem que se avizinha. Para onde vamos? Só a Monarquia pode responder à nossa ansiosa expectativa :

- Vamos para a ordem nacionalista, monarchica e latina.
- Vamos para a ordem social, tradicional e humana.
- Vamos para a ordem cristã, que é a ordem eterna! — Vamos para a vida com deveres e sacrificios.

Simplees palavras? Não! Certezas!

Quem conhece a nossa geração vê como ela tem sabido sacrificar-se e manter-se fiel aos principios de resgate, apesar de todas as razões de desânimo, apesar de todos os desastres de que não tem a culpa, mas de que tem sido vítima; sabe que no dia em que ela fôr orientada no firme caminho da acção e da batalha, há de vencer e libertar a nossa terra. Ora esse caminho está hoje indicado por circunstancias mais vivas. No céu nublado da Pátria luz a estrêla da nossa salvação. Só se ilude quem quere! O nosso caminho está na nossa frente e indica-nos uma energica acção nacional.

O caminho é a Monarquia. Qual? A Monarquia tradicional, a unica que póde eficazmente combater a invazão estrangeira, que dura ha mais dum século.

Não se perca tempo a defender ídolos caídos. Não se perca tempo em volta de velhos farrapos partidários; é em torno da sacrosanta imagem da nação que nos devemos juntar para entrarmos no combate supremo que se aproxima.

E não combate das forças economicas contra o proletariado, conforme os especuladores da politica proclamam, com o intuito de criar uma tragica confusão na vida portuguesa, mas sim a batalha das forças nacionais contra a anti nação, batalha dos portuguezes contra o internacionalismo, batalha dos latinos contra a nova onda de bárbaros!

VII — *Em frente!*

Disse que não era contra o proletariado nacional que nós precisávamos marchar e ninguém, como nós, em melhor campo se encontra para o proclamar. E' que nós não trazemos simplesmente o ardôr do nosso ânimo e a firmeza da nossa mocidade, mas tambem uma razão esclarecida, uma disciplina mental, uma certeza positiva. A nossa doutrina é a conclusão duma critica historica, social e economica, que desvendou as virtudes do tradicionalismo economicó. O que nós queremos é sacudir a inercia das forças nacionais, apontando-lhe o caminho do resgate, que só se alcançará, desfazendo o equívoco social-democratico de que vivem e engordam os especuladores do operariado.

Não ha luta de classes porque não há classes dentro do Produção. Há Produção: há pão, ferro, tecidos, vinho, azeite, etc.

Realidades, que não utopias!

Dentro de cada um destes ramos da Produção há íntima solidariedade, que não se cria por mera fantasia ideológica, mas reside no proprio interesse dessa Produção.

E assim não há sindicatos de operarios contra organizações patronais (como o afirma a doutrina marxista). Essa luta de classes provoca uma perpetua guerra civil. Pelo contrário, há sindicatos ou corporações do pão, do ferro, do vinho, do azeite, etc.

As nossas formações são sobretudo sociais, enquanto as formações comunistas são puramente politicas. O comunismo é a quimera perigosa, a fantasia dourada que mata. O sindicalismo monarchico, que lança profundas raizes no passado, apresenta-se como a unica doutrina capaz de dar ordem à sociedade, mas uma ordem verdadeira, palpitante de energia,

cheia de forças renovadoras, que não se confunde com a pastosa e inerme preguiça por que os conservadores suspiram...

Tais são as ideias de resgate social que a Monarquia orgânica anuncia. Que todos os trabalhadores de Portugal tapem os seus ouvidos ao canto da sereia da revolução igualitária; não ouçam a voz fascinante e enganadora da utopia e da ilusão! A maior inimiga dos trabalhadores é a democracia, que destruiu os vínculos humanos, os deveres sagrados, espalhando a confusão e a anarquia, favoráveis às ambições pessoais dos políticos e dos especuladores do dinheiro. Destruíram-se as antigas corporações; fechou-se a Casa dos Vinte e Quatro; mas, em compensação, abriram-se o Centro Político e o Parlamento...

Que de novo se ouça por esse país fóra o pregão antigo, chamando a nação à consciência dos seus direitos e dos seus deveres:

— Real, real, real, — por Portugal!

Rolão Preto.

Desenganêmo-nos por uma vez: a liberdade não é um fim, é um meio. Por ventura, quando se pede a liberdade para os povos, é só para que as nações sejam livres? Não; é porque se supõe que sómente por este meio é que serão os homens felizes. Logo se se vier a provar que o meio não corresponde ao fim, é preciso rejeitá-lo como inútil; e se se vir que corresponde a um fim inteiramente oposto ao que se deseja, é preciso prescrevê-lo como perigoso. Eis aqui o que diz a este respeito em Plutarco um habitante de Sicione: «O primeiro dos nossos reis foi Ortágoras, o último que tivemos foi Clistenes. Os deuses, que applicão muitas vezes remedios violentos a males extremos, fizeram nascer estes dois principes para nos resgatarem de uma liberdade ainda mais funesta que a escravidão.»

Gama e Castro (O Novo Principe, cap. I, 1849),

POLITICA PORTUGUÊSA

I — *A Constituição . . .*

As democracias, desfazendo a autoridade, criam o misticismo da constituição, — misticismo que se converte, na anarquia individualista, numa hipocrizia miseravel. Desappareceu o Rei, chefe responsavel, vontade responsavel, que se exerce sobre a nação, coordenando os seus valores, ponderando-os, sob a disciplina do interesse comum, num equilibrio fecundo e alta direcção. E' uma lei natural a direcção e o comando do chefe. Logo que essa lei não seja observada, o que acontece? A desorganização, a anarquia, este caos social em que nada se vê de límpido, claro, harmonioso. Não se substituem arbitrariamente leis naturais por simples ficções. Desobedecer ao permanente é condenarmo-nos á anarquia e esterilidade do efêmero. Aqui se ilumina, na projecção desta observação, a verdade do tradicionalismo. Destruiu-se a autoridade do Chefe para a substituir por uma metafisica vontade geral. A' direcção responsavel do Rei, independente no seu poder, mas solidário, no exercicio da sua soberania, com o agregado nacional, com o povo que pensa, trabalha e produz, succedeu a indefinivel vontade da Urna, vaso sagrado onde se forma, milagrosamente, a vontade nacional. O Chefe é uma verdade humana, positiva; a autoridade é uma lei humana, positiva; a autoridade hereditária, a autoridade da dinastia, é a expressão mais perfeita dessa lei, porque lhe dá estabilidade, ordem e acção contínua, através das gerações. Mas o falso reacionalismo do seculo XVIII, que transformou a natureza numa Arcádia convencional, espalhou uma baforada de misticismo sobre a límpida face da verdade. Assim se erigiu como dogma a vontade geral. Assim se concebeu o contrato social como uma certeza. . . . O Rei teve de abjurar perante a Constituição, — tábua sagrada em que a deusa Soberania do Povo vem escrever com letras de fogo, como numa revelação, os dictames da sua vontade. . . .

Dareste, julgo eu, disse ironicamente que as constituições eram virgens que os politicos maculavam. A constituição da nossa republica tem sido essa virgem que os politicos maculam. . . . A sua soberania de Vestal paira alto, longe da terra. Na sua imobilidade divina, a Vestal vê a agitação da nação, com um sorriso. E os politicos, cegos para a beleza da pátria, portugueses sem alma portugêsa, consideram-na, na verdade, a veladora sangrenta, a cúmplice de todas as mizerias. . . . Vestal que o sr. presidente, com um desdem de esteta, repudia, insensivel aos seus encantos. . . . O destino fatal de todas as contribuições democraticas é mascarar com o seu falso prestigio a tirania dos politicos e dos partidos.

II — *Vontade Geral e Interesse Comum.*

A Constituição é a tábua sagrada da vontade geral. . . . Mas a vontade geral é uma pura ficção. Cai dos ceus metafisicos em que nasce para representar simplesmente a von-

tade do partido vencedor, portanto, a tirania duma parcela da nação, — parcela facciosa, egoísta, obcecada. As necessidades dessa facção, o seu interesse particular, obrigam-na a passar por cima da lei, quando esta hostiliza o seu egoísmo de clan. Portanto esfarrapam-na . . . E' a condenação duma lei que não teve, como fonte creadora, um órgão legítimo, uma autoridade livre e responsável, como só o Rei-Chefe pode possuir. São todos os resultados anárquicos da vontade geral, — rótulo do partido vencedor!

E o interesse comum? Como defendê-lo e dar-lhe expressão se não existe uma autoridade superior, de natureza nacional, independente de todos os particularismos que se agregam e escalonam dentro da nacionalidade? Para podermos erigir como principio de governo o interesse comum, temos de mudar a posição do problema e colocá-lo de maneira que se harmonize, soldando-se-lhe fortemente, com esse principio fundamental. Para impor o interesse comum é necessario uma vontade responsável, uma autoridade livre, que se dedique ao exercicio duma nobre magistratura cívica. Essa autoridade só o Rei, representante da dinastia, possui. Só a Monarquia tradicionalista, fortemente construída sobre as realidades nacionais, dá legitimidade ao principio da autoridade, transformando-o numa libertação, numa contínua e vigilante justiça, e numa energia de ordem creadora.

III — *O Rei e a Ditadura dos Partidos.*

De aqui resulta que o Rei é que liberta, disciplina e dá vitalidade ao principio ao interesse comum. Esse principio infunde na nação uma actividade coordenada, e capitaliza, através do tempo, a cultura e a riqueza do povo. O Rei é o libertador e o seu sectro simboliza uma vasta fraternidade e o soberano predominio da unidade nacional. Pelo contrario, a democratica vontade geral transforma-se na vontade da maioria, sua expressão concreta: a vontade da maioria é a vontade do partido vencedor, que dispõe da Urna e de todas as riquezas do Estado. Portanto, uma tirania, uma dictadura.

Pressinto o assombro dos ingenuos e dos ignorantes . . . Uma dictadura, sim! E a peor das dictaduras porque não tem nenhum pensamento nacional e só se limita ao appetite da quadrilha partidária, divorciada da nação . . .

Todo o trabalho espontâneo da sociedade é a criação duma autoridade que funda superiormente os seus destinos, o seu espirito, os seus interesses e os conserve em defeza perpétua. Podemos dizer que a presente anarquia gera dentro de si a nova autoridade do Rei. Então, quando a Realeza fôr restaurada, desaparecerá a dictadura odiosa dos partidos e a nação livre, na sua plenitude magnífica, encontrará o caminho do seu ressurgimento.

Os ultimentos acontecimentos politicos denunciam esse tumulto oculto da nação. O 18 de Abril e o 19 de Julho representam a fremeente reacção das nossas energias colectivas — e o despertar duma consciencia portugueza que ressuscita, despedaçando o anonimato e a inercia do sufrágio democratico. Esses movimentos, para todos os bons portugueses, provam que nem tudo está perdido. Há alguma cousa de bom, de são e de digno em Portugal! Assistimos ao renascimento da ideia de pátria. Em volta dessa ideia todos nos encontraremos nas futuras jornadas reconstrutoras.

IV — *Portugal!*

Terminemos com um acto de fé estes leves comentarios politicos. E' cega a nossa esperanza numa futura libertação da pátria. Terra que Deus protege e que recebeu no Céu o seu baptismo, na manhã épica de Ourique, éla cumprirá a sua lei, vinda de cima! A nossa predestinação de civilizadores não terminou. No futuro da Europa, está-nos reservado um lugar de belo relêvo, como povo europeu, o mais europeu de todos! Mas antes de tudo limpêmos a nossa casa. E' a missão humildemente heroica de Marta que se requiere. . . Depois de resolvido o nosso problema politico e estabelecida a autoridade do Rei, olhemos para os nossos destinos mais altos,—e de novo creemos uma época de ouro, talvez mais gloriosa do que a de Quinhentos. Os portuguezes novos, que compreendem e sentem tôda a beleza e todo espirito de Portugal, não limitam a sua aspiração nacionalista a um simples arrumo da casa. . . Um destino formoso nos chama, — o Portugal futuro, soldado da Europa e defensor de Cristo. Os dias que se avizinham veem cheios dum rumor épico. O Ocidente, nas futuras batalhas, que se anunciam, necessita de Portugal como o seu baluarte mais firme e útil, colocado num ponto estrategico de defeza da Civilização. Esse futuro, que se anuncia como uma época de gloriosa reacção, virá restituir á nossa pátria a corôa antiga de dilatador da Fé e do Império. Mas os politicos desta republiqueta, imbecis e materialistas, aventureiros sem uma vizão politica portugueza, estão cegos e surdos ás vozes que despertam. . . A mentalidade liquefeita destes poliquêtes e o seu espirito mesquinho, impermeável a tudo o que é portuguez e humano, afastam-nos desta comunidade de esperanza em volta do altar da Lusitania. . . Pensam em eleições, na finança, na sua vidinha. A sua actividade arrasta se num circulo pequeno de preconceitos e abdições morais. Nenhuma flama escalda as suas almas. Quando vier o momento em que a voz dos mortos nos mande reunir, essas sombras pusilânicas ficarão á margem, atónitas da arrancada nacionalista dos novos portuguezes.

Para que esse momento chegue breve, comunguemos todos na essencia da pátria. Que o espirito da pátria alente as nossas almas e lhes comunique heroismo e esperanza resgatadora. A republica asfixia esse espirito; a democracia, no seu igualitarismo anónimo, desconhece esse espirito. Mas a pátria é uma realidade eterna que passará, vitoriosa, por cima das doutrinas arbitrarias e das illusões. . .

Ernesto Gonçalves.

A divisão territorial portuguesa

(PLANO DE REORGANIZAÇÃO INTEGRAL)

1.ª PARTE

A organização antiga

(Continuado do n.º 24)

Correição de Setuval

Villa de Setuval.
Villa de Palmella.
Villa de Couna.
Villa do Barreiro.
Villa de Alhos Vedros.
Villa de Aldea Gallega.
Villa da Grandola.

Villa de Alcouchete.
Villa de Cezimbra.
Villa de Almada.
Villa de Cabrella.
Villa de Çamora Correa.
Villa de Benavente.
Villa do Alcacere do Sal.

Correição de Lisboa

«A grande cidade de Lisboa que he hum reino per si soo». ¹

«A região do Algarve tem duas comarcas, a de Tavilla, & a de Lagos». ²

Correições do Algarve

Correição de Tavira

A Cidade de Tavira.
Villa de Cacella.
Villa de Castro Marim.
Villa de Arenilha.

Cidade de Faro.
Villa de Louleê.
Villa de santo Antonio.
Villa de Alcoutim.

¹ N. do Leão, *Descrição*, fl. 9 v — 11
N. do Leão, *Descrição*, fl. 3 v.

Correição de Lagos

A Cidade de Lagos.
Villa de Alvor.
Villa Nova de Portimão.

Cidade de Sylves.
Villa de Albufeira. ¹

*

Entre-Douro-e-Minho

Na *Descripçam Corografica do Reino de Portugal* (1755), Antonio de Oliveira Freire, dá cinco comarcas ao *Entre-Douro-e-Minho*: Guimarães, Vianna, Valença, Barcellos, e Porto; e a comarca ecclesiastica de Braga.

Comarca de Guimarães — capital Guimarães (villa).

4 villas: Amarante, Marco-de-Canavezes, *Guimarães*, * ² Pova.

20 concelhos.

14 coutos.

3 honras.

Comprehende 330 parochias.

Comarca de Vianna — capital Vianna, (villa) residencia do Governador das Armas da Provincia, com a patente de Capitão-general.

7 villas: Arcos de Val-de-Vez, Monsão, * Ponte-da-Barca, Ponte-de-Lima, Prado, *Vianna*, * Villa-Nova-de-Cerveira. *

12 concelhos.

13 coutos.

Comprehende 276 parochias.

Comarca de Barcellos — capital Barcellos (villa).

7 villas: *Barcellos*, * Castro-Laboreiro, Esposende, Famalicão, Melgaço, Rates, Villa-do Conde. *

3 concelhos.

5 coutos.

1 honra.

1 julgado.

Comprehende 229 parochias.

Comarca de Valença — capital Valença (villa).

3 villas: Caminha *, *Valença*, * Valadares.

2 coutos.

Comprehende 50 parochias.

Comarca do Porto — capital Porto (cidade).

1 cidade: *Porto*. *

3 villas: Melres, Pova-de-Varzim, Villa-Nova do Porto.

¹ N. do Leão, *Descripção*, fl. 11.

² Com este signal * são notadas as cidades e villas com assento em Cortes Geraes.

ACÇÃO REALISTA

13 concelhos.

14 coutos.

6 behetrias e honras.

Comprehende 168 parochias.

Comarca de Braga (diocese) — capital Braga (cidade).

1 cidade *Braga*. *

13 coutos.

Comprehende 42 parochias.

Vê-se pelas villas das comarcas novas, e melhor se veria pelos concelhos da lista de Oliveira Freire cotejada com a de Nunez do Leão, como a distribuição se fez á custa das comarcas velhas ; omitto porém por brevidade os nomes dos concelhos das comarcas creadas. O mesmo se observa com as outras Provincias. Ha novas villas tambem.

Tras-os-Montes

Vimos quatro comarcas de esta Provincia, mas de facto são três, porque a quarta é a de Pinhel, depois incluída por Nunez do Leão na discriminação das comarcas da Beira.

As quatro comarcas de Trás-os-Montes, que menciona O. Freire, são : Torre-de-Moncorvo, Miranda, Bragança, Villa-Real.

Comarca da Torre-de-Moncorvo — capital Moncorvo (villa).

26 villas : Abreiro, Agua-revez, Alfandega-da-Fé, Anciães, Castro-Vicente, Chacim, Cortiços, Frechas, Freixiel, Freixo-de-Espadacinta, * Lamas-de-Orelhão, Linhares, Mirandella, *Moncorvo*, * Monforte-de-Rio-livre, Mós, Murça-de-Panoyas, Nuzellos, Pinhovelo, Sampaio, Sezulfe, Torre-de-Dona-Chama, Valdasnos, Villas-Bcas, Villa-flor, Villarinho-das-Castanheiras.

Comprehende 182 parochias.

Comarca de Miranda — capital Miranda (cidade).

1 cidade : *Miranda*. *

14 villas : Algosos, Azinhoso, Bemposta, Carroceda, Faildo, Ericeira, Mogadouro, Penas-de-Royas, Rebordainhos, Sanseriz, Val-de-Passó, Villar-da-Lomba, Vimioso, Vinhaes.

Comprehende 122 parochias.

Comarca de Bragança — capital Bragança (cidade).

1 cidade : *Bragança*. *

10 villas : Chaves * (onde reside o Governador das Armas de esta Provincia, capitão-general), Ervedosa, Gustey, Monte-alegre, Outeiro, Rebordãos, Ruivães, Val-de-Nogueira, Val-de-Prados, Villa-franca.

Comprehende 248 parochias.

Comarca de Villa-Real -- capital Villa-Real (villa).

9 villas : Alijó, Dornellas, Ervededo, Favaios, Lordello, S. Mamede-de-Riba Tua, Provezende, Ranhados, *Villa-Real*. *

2 honras.

1 couto.

Comprehende 77 parochias.

246

Beira

Em Nunez do Leão, a Beira tinha sete comarcas : em O. Freire tem nove, que menciona a mais a de Montemor-o-Velho, e a da Feira. Aqui tem a de Pinhel, sem a metter em Trás-os Montes, e a de Aveiro com o nome de Esgueira. ¹

Comarca de Coimbra — capital Coimbra (cidade).

1 cidade : *Coimbra*. *

32 villas : Alvaizere, Ançã, Anciã, Arganil, Avô, Bobadella, Botão, Buarcos, Cantanhede, Carvalho, Celaviza, Cernache, S.^{ta} Comba-do-Dão, Coja, Esgueira, Fradeira, Fajão, Goes, Mira, Miranda-do-Corvo, Penacoya, Pereira, Podentes, Pombadinho, Pombeiro, Rabaçal, Redondos, S.^{ta} Catharina, Tentugal, Vacariça, Villa-Nova-de-Anços, Villa-Nova de Monçarros.

Comprehende 122 parochias.

Comarca de Esgueira — capital Aveiro (villa).

27 villas : Agueira, Anadia, Angeja, Assequins, *Aveiro*, * Avellãs de-Caminho, Avellãs-de-Cima, Bemposta, Brunhido, Eixo, Estarreja, Ferreiros, Ihavo, S. Lourenço-do-Bairro, Ois-da-Ribeira, Oliveira-do Bairro, Paos, Prestimo, Recardães, Sangalhos, Segadaens, Serem, Sousa, Trofa, Villarinho-do-Bairro, Vagos, Vouga.

1 concelho.

1 couto.

Comprehende 59 parochias.

Comarca de Montemor-o-Velho, — capital Montemor (villa).

5 villas ; Lourical, Louzã, *Montemor-o-Velho*, * Penella, * Serpins.

Comprehende 33 parochias.

Comarca da Feira — capital Feira (villa).

5 villas : Cambra, Castanheira, *Feira*, Ovar, Pereira-de-Susão.

Comprehende 66 freguesias.

Comarca de Viseu — capital Viseu (cidade).

1 cidade : *Viseu* *

20 villas : Alva, Banho, Candosa, Enfias, Ferreira-de-Aves, Lagares, Mortagoa, Nogueira, Oliveira-de-Conde, Oliveira-dos Frades, Oliveira-do-Hospital, Penalva-de-Alva, Perselada, Reriz, Sabugosa, Sandomil, S. Pedro-do-Sul, Taboa, Trapa, Tondella.

29 concelhos.

Comprehende 185 parochias.

¹ «Aveiro era a importantissima cidade romana *Talabrica*, e é muito provavel que o sitio que hoje occupa Esgueira fosse comprehendido dentro da circumvallação d'aquella antiga cidade ; mas a existencia de Esgueira como villa é mais recente do que Aveiro». D. José fez cidade Aveiro (1760) ; mudou-lhe o nome para Nova Bragança ; até que em 1777 D. Maria I lhe chama de novo Aveiro. Por muitos annos se deu mais importancia a Esgueira do que a Aveiro ; no meado do sec. XV, o infante D. Pedro reuniu as duas comarcas da Esgueira (corregedoria) e Aveiro (comarca subordinada a Aveiro). Hoje Esgueira é um arrabalde de Aveiro. Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno*, III, 57.

ACÇÃO REALISTA

Comarca de Lamego — capital Lamego (cidade).

1 cidade *Lamego*. *

32 villas : Arcos, Armamar, Arouca, Barcos, Britiande, Castello, Castrodairo, Chavões, S. Cosmado, Fontello, Fragoas, Gonjoim, Granja-do-Tedo, Lalim, Lazarim, Leomil, Longa, Lumiares, Moimenta-da-Beira, Mondim, Nagosa, Parada-do-Bispo, Passó, Pendilhe, Sande, Taboço, Tarouca, Valdigem, Varzea-da-Serra, Ucanha, Villa-Nova, Villa-Seca.

20 concelhos.

Comprehende 106 parochias.

Comarca de Pinhel — capital Pinhel (villa).

54 villas : Aguiar, Alfaiates, Algodres, Almeida (onde reside o Governador das Armas da Beira, Capitão-general), Castanheira, Casteição, Castello-Bom, Castello-Melhor, Castello-Mendo, Castello-Rodrigo, * Cedavim, Cinco-Villas, Ervedosa, Escalhão, Figueiró-da-Granja, Fonte-Arcada, Fornos, Guilherme, Horta, S. João-da-Pesqueira, Lamegal, Langroiva, Marialva, Matança, Meda, Moreira, Muxagata, Nomão, Paradella, Paredes, Penaverde, Penedono, Penella, *Pinhel*, * Ponte, Povia, Ranhados, Reigada, Sernancelhe, Sindim, Soutello, Souto, Tavora, Touça, Trancoso, * Trovões, Valença-do-Douro, Val-de-Coelha, Vallongo, Vargens, Velloso, Villa-Nova-de-Foz-Côa, Villa-mayor.

1 concelho.

Comprehende 224 parochias.

Comarca da Guarda — capital Guarda (cidade).

1 Cidade : *Guarda* *.

28 villas : Açores, Alvoço-da-Serra, Baraçal, Cabra, Cea, Celorico, Codeceiro, Covilhã, * Folgozinho, Forno-Telheiro, Gouvea, Jarmello, Lagos, Linhares, Loriga, Lourosa, Manteigas, S.^{ta} Marinha e Castro-verde, Mello, Mesquitella, Midoens, Oliveirinha, Seixo, S. Romão, Torrozello, Vallazim, Valhelbas, Villa-Cova-Coelheiras.

1 couto.

Comprehende 178 parochias.

Comarca de Castello-Branco — capital Castello-Branco (villa).

22 villas : Alpedrinha, Atalaya, Belmonte, Bemposta, *Castello Branco*, * Castello-Novo, Idanha-a-Nova, Idanha-a-Velha, Monsanto, * Penagarcia, Penamacor, * Proença-a-Velha, Rosmaninhal, Sabugal, Salvaterra-do-Extremo, Sarzedas, Segura, Sortelha, Touro, S. Vicente, Villa-Velha-de-Rodão, Zibreira.

Comprehende 97 parochias.

Extremadura

Em Nunez do Leão ha seis comarcas, O. Freire dá-nos oito, a mais de Torres-Vedras e Ourem.

Comarca de Lisboa.

cidades de Lisboa *	{	Cidade de Lisboa	{	Diocese Archiepiscopal, — <i>intra-muros</i> ; comprehende 16 parochias na cidade, e 10 no termo.
		<i>Oriental</i>		
	{	Cidade de Lisboa	{	Diocese Patriarchal, — <i>extra-muros</i> ; comprehende 22 parochias na cidade, e 24 no termo.
		<i>Occidental</i>		

Comarca de Torres-Vedras — capital Torres-Vedras (villa).

18 villas : Alhandra, Alberca, Arruda, Bellas, Cadaval, Cascaes, Castanheira, Chilleiros, Collares, Enxara-dos-Cavalleiros, Ericeira, Lourinhã, Mafra, Povos, Sobral-de-Monte-Agraço, *Torres-Vedras*, * Villa-Franca-de-Xira, Villa-Verde.

Comprehende 60 parochias.

Comarca de Alemquer — capital Alemquer (villa).

8 villas : Aldea Gallega-da-Merceana, *Alemquer*, * Caldas, Chamusca, Cintra, * Obidos, * Salir-do-Porto, Ulme.

Comprehende 55 parochias.

Comarca de Leiria — capital Leiria (cidade).

1 cidade : *Leiria*. *

21 villas : Alcobaça, Alfeizerão, Aljubarrota, Alpedriz, Alaorninha, Atouguia, * Batalha, S. Catharina, Cella, Coz, Ega, Evora (de Alcobaça), S. Martinho, Mayrga, Pederneira, Peniche, Pombal, Redinha, Salird-o-Mato,-Soure, Turquel.

Comprehende 60 parochias.

Comarca de Thomar — capital Thomar (villa).

26 villas : Abril, Abrantes, * Aguas-Bellas, Alvaro, Alvares, Amendoa, Arega, Asseiceira, Atalaya, Dornes, Ferreira, Figueiró-dos-Vinhos, Maçans do-Caminho, Mação, Pampilhosa, Payo-de Pelle, Pedrogão-Grande, Pias, Ponte-de-Sor, Punhete, Passos, Sardoal, Sovreira-Formosa, Tancos, *Thomar*, * Villa-de-Rey.

Comprehende 68 parochias.

Comarca de Ourem — capital Ourem (villa).

7 villas : Aguda, Avelar, Chão-de-Couce, Maçans-de-D.-Maria, *Ourem*, * Porto-de-Moz, * Pousa-flores.

Comprehende 18 parochias.

Comarca de Santarem — capital Santarem (villa).

15 villas : Alcanede, Alcoentre, Almeirim, Aveiras-de-Cima, Aveiras-de-Baixo, Azambuja, Azambujeira, Erra, Gollegã, Lamarosa, Montargil, Muges, Salvaterra de-Magos, *Santarem*, * Torres-Novas.

Comarca de Setubal — capital Setubal (villa).

16 villas : Alcacer, * Alcochete, Aldea-Gallega, Alhos-Vedros, * Almada, * Barreiro, Cabrella, Çamora-Correa, Canha, Coina, Grandola, Lavradio, Moita, Palmella, * *Setubal*, * Sezimbra.

Comprehende 42 parochias.

(Continúa)

Luis Chaves.

Crítica & Factos

ANTOLOGIA CONTRA-REVOLUCIONÁRIA

A propósito do discurso do Bispo de Vizeu, Dom Alexandre Lobo, pronunciado nas Côrtes Gerais de 1828, notámos a falta duma antologia em que se reunissem trechos dos nossos mestres contra-revolucionários. Já Fernando Campos com a sua obra *Os nossos mestres* prestou um belo serviço ao movimento do nacionalismo lusitano. Esse livro prova, com a sobriedade dos lugares colecionados, que as nossas ideias reaccionarias não foram importadas do estrangeiro, como o liberalismo e a desgrenhada histeria revolucionaria.

Certos críticos, cujo scepticismo se confunde com a superficialidade da análise, comentaram com uma ironia caricata que o nacionalismo português era copiado do nacionalismo da *Action Française* — e que nós, defendendo a tradição, adoptavamos a tradição francesa... E' uma ironia de frequentador de café, uma vaga pilheria de cerebros vazios e impotentes...

Na nossa doutrina ha que distinguir o seu fundo filosofico, de natureza universal e humana, do revestimento nacional, português, em que êle palpa, quando applicado à nossa tradição e à nossa história.

A ideia da autoridade não é uma ideia particularmente francesa; é humana, universal. A soberania do Principe, chefe duma sociedade que se libertou da confusão politica (do sufragio politico, da opinião publica, do individualismo) não é uma concepção francesa: é humana, universal. Esses críticos sem cultura facilmente saberiam estas verdades superficiais se estudassem alguma cousa — ou soubessem estudar com intelligencia penetrante...

Essas ideias humanas, essas verdades positivas, que são o tesouro de toda a sciencia social, applicam-se ao nosso país — e tomam o caracter da nossa tradição, revestem-se de qualidades portuguesas. Fernando Campos com a sua obra *Os Nossos Mestres* trouxe para o processo do nacionalismo português uma valiosa contribuição; documentalmente provou que, antes de nós, antes dos doutrinarios da *Action Française*, o tradicionalismo encontrára no nosso país quem o defendesse. O trabalho de Fernando Campos completar-se-á agora com a publicação duma antologia contra-revolucionária, em que êle já pensava ha muito tempo. Assim a falta que notámos será em breve preenchida — e todos ficaremos devendo o nosso amigo e ilustre colaborador mais um serviço importante. Pela sua cultura e acuidade de investigador, ninguém melhor do que Fernando Campos poderia dedicar-se a um trabalho dessa natureza.

EGAS MENDES DE CARVALHO

O nosso querido amigo e camarada tenente Egas Mendes de Carvalho, official afastado do exercito por saber cumprir com nobreza o seu dever de português, dirigiu uma carta ao sr. João Ulrich, que só o *Correio da Noite* e a revista *Serviço de El-Rei* tiveram a coragem de publicar. E' um documento que só honra quem o subscreve. O ten. Egas de Carvalho, que se viu expulso do exercito, empregou-se no Banco Nacional Ultramarino, onde sempre demonstrou as suas grandes qualidades morais. Nacionalista, verdadeiro português, o sr. ten. Egas de Carvalho nunca se remeteu ao fácil comodismo de muitos monarchicos que para aí andam, numa traição à Mãe-Pátria, de braço dado com os republicanos, acamaradados em negociatas escuras. Egas de Carvalho, cumpriu sempre o seu dever, com uma abnegação viril, sacrificando-se sem uma hesitação — e ainda ha poucos mezes foi preso no assalto ao Quartel General. Na prisão, que se prolongou durante uns mezes, o nosso querido amigo não poderia certamente desempenhar as suas funções no Banco Nacional Ultramarino... Pois foi o bastante para que esse nobre combatente fosse expulso desse Banco! Não se hesitou perante a infâmia inclassificavel de mandar embora, como qualquer vadio, um homem honrado e um official valoroso do nosso exercito! A responsabilidade desta medida cai directamente sobre a direcção desse Banco, a que pertencem financeiros que se consideram monarchicos... A isto chegámos, ó miséria! A isto descemos, nesta época torva de abdições e canalhismos! E' um sintoma, um pequeno rasgão que nos descobre um mundo oculto de baixas especulações politico-financeiras: facilmente se surpreende, atraz deste facto, um meio infame de conivencias, aventuras argentarias, judaismos traidores, e sinuosas transigencias... Politica e dinheiro, eis as divindades da democracia... E perante o altar desses deuses curvam-se certos falsos monarchicos e grandes republicanos, João Ulrich e Afonso Costa...

O dever?

Uma chalaça... Ideias politicas, fé politica, patriotismo? Um simples snobismo, uma decorativa flor de elegancia, que ficam bem a quem é rico e pode gozar a sua vidinha... Quando é que a Causa Monarchica procede a uma eliminação heroica de certa gente? Quando? Não podemos continuar desta maneira, não só nesta inacção criminosa, mas tambem nesta transigencia por todos os aventureiros que se atravessam no nosso caminho e mantem relações defectistas com a república. A nossa fé portuguesa — o nosso patriotismo — protesta contra estas abdições que

traíem o Rei e a Pátria! Não podemos continuar assim! É necessário saber quem é monárquico e impor-lhe a regra da solidariedade monárquica e o dever monárquico de combater e contribuir pela salvação nacional. Pela nossa parte não hesitamos em irradiar da causa de El-Rei certos monárquicos que visitam El-Rei e depois vão abraçar os reis da democracia!

Ao nosso camarada ten. Egas de Carvalho enviamos um grande abraço e as nossas saudações pela sua nobilíssima e viril indignação. O dia de amanhã é nosso! Marchemos para a frente com espírito de sacrifício!

A DEMOCRACIA E O NÚMERO

Cada vez nos convencemos mais desta observação: em Portugal as ideias políticas não vivem da sua clareza intelectual, da sua substância filosófica, nítida e lúcida, mas dum vago misticismo, dum ideologia que as obscurece através dum nevoeiro bárbaro.

Falam de democracia os democráticos e raros são os que apreendem nos seus pensamentos, nos seus princípios, a doutrina democrática. Quando querem fazer uma afirmação de ideias esses vazios democratas distilam lugar-comum, tropo retórico, e romantismo imbecil... Ainda há pouco tempo, lemos um discurso, pronunciado, num jantar, por um medíocre qualquer, que é chefe da extrema-esquerda (oh! a burla e a imbecilidade do hemiciclo...), que reeditava, sem elevação de revolta, as mastigadas frases do tempo da propaganda. Mas, peor do que tudo, o que mais feria era a incultura absoluta, a ausência de visão filosófica, a gaguejante forma literária...

Por exemplo, esse iletrado para exprimir, perante a assembleia de imbecis, o misticismo democrático, falava em «sentimentalidade da extrema esquerda...» A gente desta não é possível reconhecer a mínima autoridade mental, — nem podemos considerá-la digna de qualquer controversia. Em vez de ideias cantam trovas sujas de fado réles.

Ultimamente lemos num numero do *Diário de Lisboa* uma anotação sobre a democracia que o senhor Norberto de Araujo escreveu numa hora de desenfado. O senhor N. de Araujo é sem dúvida um jornalista vivo e elegante mas um pessimista pensador político. Vejamos esta passagem:

«Se a Democracia fosse isto: o predomínio despotico do numero regulando toda a Nação sob o estatuto Constituinte, «cujo fundamento depende de interpretações das alíneas excepcionais», contra as élites do espirito nacional e da tradição (que não é nenhum lugar comum reaccionario) não valia a pena ser democrata.»

Este período é um agregado de incoerencias e de contradicções, onde se juntam valores opostos, ideias que se excluem. O senhor N. de Araujo, que compreendeu, com nobreza de analista, o perigo do «numero» e a derrota das élites, tenta, num recurso desesperado, salvar a sua fé democrática, libertando a democracia da influencia ti-

ranica da maioria, — isto é, do voto... Mas afastar a democracia do «numero» é negá-la na sua base. Tentar dentro dos regimes democraticos o governo das competencias, a selecção dos valores nacionais, é deslocar imediatamente o problema politico, colocado no plano da democracia, e buscar a sua solução debaixo dum novo criterio. Portanto, o problema fica assim equacionado: o «numero» é prejudicial: só as competencias — a elite — teem autoridade para governar e dirigir; será a democracia compativel com a selecção, com as competencias, com o governo das élites?

Se se provar que a democracia é o «numero», a maioria, a abstracta e anárquica vontade geral, logicamente, com toda a honestidade, temos de concluir que a sua estrutura não consegue harmonizar-se com o governo «das élites do espirito nacional». Tudo isto está dito, afinal. Simplesmente há pouca coragem para o aceitar e o misticismo das velhas palavras prende as intelligencias numa superstição intolerável.

A democracia é o regime da soberania nacional, o governo do povo pelo povo. A organização da soberania nacional (o Estado oscilante e embrionário que d'elle resulta) só pode ser realizada pela urna. A urna revela a vontade geral — esse fantasma da autoridade. A vontade geral só é indicada pela maioria — e as minorias devem, segundo a mística democrática, aceitá-la e venerá-la como uma sibilina manifestação... Se perante os resultados de anarquia e miséria moral e mental, deste regime, formos tocar em qualquer dos seus elementos, todo o sistema se esboroa, caindo momentaneamente como uma arquitectura de barro húmido. A democracia não é uma palavra sagrada, — uma expressão a que arbitrariamente possamos conceder todas as excelencias idiais. É um sistema politico e social — e, portanto, baseia-se sobre principios que não podemos negar sem a condenar. A desgraça de Portugal é a sua tendencia bárbara para se embriagar com sentimentalismos languidos e envolver as ideias em fumos de sonhos. — As ideias devem ser projectadas sobre um plano de nítida claridade, que expulse o halo místico em que elas se esbatem seductoramente... A democracia ainda subjugava certas intelligencias que, por vícios românticos, se recuzam a aceitar as disciplinas viris. O senhor Norberto de Araujo sofre desse subjectivismo anárquico, que obscurece a visão límpida das doutrinas. É um simples romantismo modificar a democracia, deslocando-a dos seus alicerces. Para sermos democratas temos de reconhecer o principio da Soberania Nacional, (palavra que nunca se deve confundir com nacionalismo) e, portanto, aceitar, como uma revelação sagrada, a vontade do numero. Se se persiste em chamar a um regime de ordem, selecção, intelligencia, e equidade humana, serena, regime democratico, debatemo-nos infantilmente num jogo vão de palavras.

Estas linhas não as escrevemos com o propósito astucioso de colher o senhor N. de Araujo numa cilada. É difícil abandonar ideias — e mais difícil ainda repudiarmos uma fé, embora num mo-

mento de serenidade, a reconheçamos falsa. Simplesmente desejamos esclarecer e aproveitar um pretexto para repelirmos ideias e as tornarmos vivas e palpitantes. Para nós é agradável vermos um republicano inteligente (ha tão poucos. .) confessar certas limpidas verdades, ainda que o faça numa forma contraditória, mas reveladora de lialdade e inquietação intelectual.

DOCTRINA FASCISTA

Falando a um redactor do diário londrino *Daily Express*, Mussolini afirmou, no recorte firme da sua palavra, todo o seu desprezo pela Liberdade. Destaquemos a parte da entrevista, tal como a transcreve um jornal francês:

«A Liberdade? Existe? Existe mesmo uma cousa semelhante? A civilização é a antítese da Liberdade individual e os que desejarem beneficiar dos proveitos da civilização devem necessariamente pagá-los, sacrificando uma parte da sua liberdade individual. Quando os liberais a reclamam provam simplesmente uma profunda ignorância dos rudimentos do mecanismo governamental.»

Negando a Liberdade, como princípio da vida publica, logicamente Mussolini encarou as suas consequências, os desenvolvimentos em que ela se ramifica — para os crivar numa serena e viril ironia. Infiltrando-se a Liberdade no Estado e na sociedade, destroi-se a colaboração entre os valores organicos, as instituições nacionais — para se implantar o «governo do povo pelo povo», a soberania popular, — a democracia, numa palavra definidora e clara. A Liberdade é inimiga da Autoridade, — principio organisador e libertador, fonte de civilização. Desfazem-se a arquitectura sábia e forte do Estado e as liberdades da nação — desaparece o principio da hierarquia das funções e dos direitos, dentro do agregado solido da Pátria. Em nome da Liberdade, libertas da disciplina do interesse comum, — irrompem, ferozes e anarquizadoras, as facções, em que o metafísico principio da vontade geral (antítese democratica do principio realista do interesse comum) se concretiza, procurando definir se.

Por isso, Mussolini salientou esta afirmação, que a sabedoria politica, desde Aristóteles, consagrou: «A massa não pode dirigir a massa, a quantidade não pode orientar a quantidade».

Estas palavras lúcidas e concisas repetem-se na boca do dictador desde que elle ocupa o poder. Inteligencia privilegiada, genial cerebro de estadista, Mussolini procurou na análise directa dos factos, na verdade nua e luminosa, as conclusões da sua doutrina. Revolucionario no inicio da sua vida politica, — o contacto com a argila social desvendou-lhe todas as certezas e todas as verdades. Ele conviveu no campo das luctas com as energias mais revoltas da sociedade, mas que, no seu ímpeto agressivo, guardam uma natural tendencia constructiva. E' assim que Mussolini fala dos filosofos da Liberdade com um desdém, que não oculta, pelas suas utopias sangrentas:

Ela (a Liberdade) existe apenas na imaginação filosofica dos que obteem do céu a sua filosofia impraticável. A minha, pelo contrario, está proximo da terra; é destinada àqueles que vivem no mundo.

E ainda ha quem, com escandalosa ignorancia tente harmonizar a politica de Mussolini com o liberalismo! No nosso país é tudo possível, — neste país em que a ignorancia e a estupidez falam com uma autoridade burlésca, nos artigos de fundo e discursos do parlamento! Só quem desconhece o movimento fascista italiano, a sua superior inteligencia, a sua doutrina ao mesmo tempo moderna e classica, pode ainda acreditar que Mussolini reabilitou o parlamento e operou nas arcaicas instituições democraticas uma salutar renovação. No nosso país, os bons republicanos (sejam elles monarchicos liberais ou a gatinha da Republica) ignoram por completo a essencia doutrinaria da democracia. Ainda ha poucos dias lemos numa folha republicana, com estes olhos cheios de pasmo, que quando não se respeita o interesse comum não ha verdadeira democracia. . . Quem isto escreveu desconhece por certo que em democracia não existe um *interesse geral* que só é coérente dentro duma Monarquia, mas sim uma nebulosa *vontade geral*. Dois principios que conduzem a conclusões opostas. . Mas que fazer! Os politicos da nossa terra ignoram o que é rudimentar. . Se a crise moral é profunda e lastimável, — a crise mental chega a provocar um tédio invencível!

Sirvam-nos ao menos de compensação as palavras europeias de Mussolini.

DR. ARTUR TOMÉ

A nossa organização estende-se por todo o país, englobando os elementos anti-liberais que se tinham afastado da actividade politica. Não podemos precipitar essa organização num improviso leviano. Sendo o nosso movimento orientado por uma doutrina, não queremos organizá-lo com a facilidade dum partido; necessitamos de reunir valores, de agrupá-los, de torná-los solidarios com uma energica acção nacionalista. A qualidade antes da quantidade. Depois de formada a *élite*, e estabelecidos os quadros, o resto seguirá espontaneamente, numa forte propaganda das nossas ideias.

Podemos hoje comunicar aos nossos leitores que um novo camarada vem prestar à Acção Realista Portuguesa o serviço da sua inteligencia e da sua dedicação. Falamos do senhor Dr. Artur Tomé, distinto advogado em Méda e que muito se distinguiu na sua geração academica. Antigo integrista, acatou sabiamente o Pacto de Paris. Deu provas sobejas do seu devotamento nacionalista. E' por isso com a maior alegria que o vimos aceitar o cargo de nosso delegado no distrito da Guarda, provincia da Beira Baixa. Na sua inteligencia e no seu prestigio confia o nosso movimento de salvação nacional. Abraçamo-lo com a camaradagem e a solidariedade de combatentes.



A ACÇÃO REALISTA PORTUGUESA

QUERE:

A organização da sociedade tendo por células primárias a **FAMILIA**, o **MUNICIPIO** e o **SINDICATO PROFISSIONAL**;

A constituição dum as **CORTES GERAIS** representativas dos interesses da **IGREJA**, da **TERRA**, da **INTELIGENCIA** e da **PRODUÇÃO**;

UM REI que **GOVERNE** e escolha **LIVREMENTE** os seus ministros, **RESPONSÁVEIS PERANTE ELE**;

Uma **MONARQUIA**, em fim, liberta de todas as mentiras democráticas, expressão fiel da **TRADIÇÃO PORTUGUESA** e do verdadeiro **INTERESSE NACIONAL**.

ACABA DE SAIR:

A Política do Centro Católico

minha resposta ao snr. Bispo de Bragança

por **Alfredo Pimenta**

Edição da Acção Realista Portuguesa

LIVRARIA DEPOSITARIA - PORTUGAL-BRASIL

DO MESMO AUTOR:

A Republica Portuguesa em face da Igreja Católica e a politica do Centro Católico

Recebem-se pedidos na nossa administração

A SAIR BREVEMENTE:

Carta aberta aos meus amigos e companheiros

por

H. DE PAIVA COUCEIRO

Edição da ACÇÃO REALISTA PORTUGUESA

Nova sapataria VICTORIA

Calçada da Estrela, 95 e 97

O melhor e o mais barato calçado que se fabrica em Lisboa

Aceitam-se encomendas para a Provincia, Ilhas e Africa

Desconto aos revendedores

O verdadeiro

cigarro

turco



à venda

em todas as boas

tabacarias

IMPORTADORES - A Gagliardini Graça, Ltd. - Rocio, 96, 2.º, LISBOA